



ROBERTO DUARTE 15

Prefeito | Vice Antônio Lúcia

PLANO DE GOVERNO
GESTÃO 2021 - 2024



Cuidar e Modernizar

COIUNÇÃO: CORAGEM PARA MUDAR





**ROBERTO
DUARTE 15**

Prefeito | Vice Antônia Lúcia



Sumário

PLANO DE GOVERNO
GESTÃO 2021 - 2024

1. APRESENTAÇÃO	5
2. NOSSOS PRINCÍPIOS E VALORES	7
I. Ética e Honestidade	7
II. Respeito às Leis e às Instituições	7
III. Liberdade e Democracia	7
IV. Trabalho, Solidariedade e Cuidado	8
V. Eficiência	8
3. CARTA-COMPROMISSO COM O POVO DE RIO BRANCO	9
4. EIXOS TEMÁTICOS E PROPOSTAS	14
4.1 Cidadania e Desenvolvimento Humano	16
4.2 Economia e Empreendedorismo	38
4.3 Gestão Sistêmica e Inteligente	46
4.4 Infraestrutura e Mobilidade Urbana	53
4.5 Cultura, Esporte e Lazer	59

ANEXOS

Compromissos Fieac

Compromissos Acisa

Proposta Juventude Republicana

Carta-compromisso do Instituto Liberal Acreano

Plano de Governo (Gestão 2021 - 2024)

Prefeitura Municipal de Rio Branco

Roberto Duarte

Prefeito

Antônia Lúcia

Vice-Prefeita

Rio Branco - Acre, setembro de 2020

1. APRESENTAÇÃO

É com imensa responsabilidade e felicidade que apresentamos o **Plano de Governo** da Coligação “**Coragem para Mudar**”, para a gestão 2021-2024 da Prefeitura Municipal de Rio Branco. Uma aliança política construída a partir de princípios ideológicos e, sobretudo, com a união de pessoas que buscam o melhor para nosso povo, para nossa cidade.

Um Plano que contou com a participação popular e de técnicos e especialistas de diversas áreas, gestores públicos e privados, empresários, servidores públicos, políticos e outros importantes colaboradores. Essa é a essência do nosso Plano de Governo, um documento concebido a partir da equação entre os diferentes interesses da coletividade, sem descuidar da atenção especial àqueles que mais necessitam dos serviços públicos.

Com a inovação, o pioneirismo e o protagonismo que a nossa cidade merece, as tradicionais e democráticas audiências públicas e encontros presenciais regionais foram substituídos pelo uso de plataformas digitais, possibilitando um importante canal de participação popular, especialmente devido ao isolamento imposto pela pandemia do Covid-19.

Assim, lançamos o primeiro **Plano de Governo on line**, um formulário eletrônico que garantiu ampla participação na construção de propostas para melhorar a vida das pessoas e modernizar a nossa querida Rio Branco. O resultado foi além das expectativas. Foram **185 propostas**, enviadas por moradores de **72 bairros** das **10 Regionais** de Rio Branco, enfatizando as áreas de educação, saúde, infraestrutura, segurança, emprego e renda,

comércio, transporte, cultura, esporte e lazer, produção, meio ambiente e outras.



Realizamos visitas aos Presidentes de Bairro de Rio Branco, e solicitamos, formalmente, suas contribuições, a partir das necessidades mais urgentes e prioritárias de suas comunidades, de seus bairros, de suas ruas.

Fomos, também, os primeiros a realizar agendas presenciais estratégicas com a Federação das Indústrias do Estado do Acre - FIEAC; Associação Comercial, Industrial, de Serviço e Agrícola do Acre – ACISA; Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre – FAEAC; Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Acre – Fecomércio/AC; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/AC; e com a Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Acre – OAB/AC, dentre outras entidades representativas de diversos segmentos sociais e da iniciativa privada, que resultaram na pactuação de compromissos formais assumidos, que constam no escopo do Plano e de seus anexos.

Visitamos centros comerciais, feiras, mercados municipais e fizemos reuniões com empresários, autônomos e informais, com o mesmo propósito: ouvir e colher propostas

para a construção de uma Rio Branco melhor.



Pesquisas quantitativas e qualitativas, além de diversos estudos técnicos, também subsidiaram a avaliação da gestão municipal, bem como da situação dos equipamentos públicos e da qualidade dos serviços oferecidos pela Prefeitura de Rio Branco, revelando os problemas centrais da cidade.

O Plano intitulado **Cuidar e Modernizar** foi estruturado em **05 Eixos Temáticos**, com **82 propostas** e ações transversais, que buscam efetivamente melhorar a vida das pessoas dos mais de 230 bairros e comunidades rurais de Rio Branco. Cada Eixo foi brevemente contextualizado com os principais problemas do cotidiano da

cidade e indicadores socioeconômicos críticos. Em seguida, constam as propostas para solucionar e/ou minimizar esses problemas, com breve detalhamento das ações, para facilitar a compreensão dos leitores.

O Plano será melhorado durante toda a campanha, objetivando a construção de uma cidade cada vez mais inteligente, segura, harmônica, moderna e desenvolvida, solucionando problemas emergenciais e antecipando medidas para evitar problemas futuros.

É com esse sentimento e compromisso que afirmamos com plena certeza: dá pra fazer diferente, dá pra fazer melhor, dá pra **cuidar** bem das pessoas e **modernizar** a nossa cidade.

2. NOSSOS PRINCÍPIOS E VALORES

Princípios e valores que nos moverão e serão os balizadores de nossas ações.

I. Ética e Honestidade

- a) Vamos ser pautados diariamente por valores éticos e morais em todas as nossas ações, pois é obrigação de todo governante ser ético com a escolha das prioridades e probo no trato do dinheiro dos pagadores de impostos;
- b) Vamos adotar todas as modernas medidas para total transparência nos gastos públicos;
- c) Adotaremos amplos e variados mecanismos de prestação de contas à sociedade dos feitos da prefeitura com o dinheiro público e o controle de qualidade das compras públicas;
- d) O nosso compromisso é de adotar todos os meios possíveis e legais para apurar e afastar qualquer intenção corruptiva na prefeitura;
- e) Teremos a ética da responsabilidade, ou seja, saber medir as consequências de nossas palavras e atos;
- f) Aplicaremos a política de tolerância zero para a corrupção e o abuso de poder em Rio Branco.

II. Respeito às Leis e às Instituições

- a) O respeito às leis e às instituições pautará todas as nossas ações;

- b) Respeito pela autonomia dos poderes, respeito e diálogo com a Câmara de Vereadores. Respeito pelas decisões judiciais;
- c) Não haverá relações de subordinação ou guerra entre os poderes e instituições;
- d) Jamais deixaremos as relações institucionais da Prefeitura com o Governo Estadual e Federal serem contaminadas por política eleitoral.

III. Liberdade e Democracia

- a) Vamos garantir, dentro do escopo de trabalho da prefeitura, o pleno exercício da liberdade e da democracia;
- b) Vamos garantir um ambiente de segurança jurídica, impostos justos, riqueza técnica e ampla liberdade para os agentes e atores do desenvolvimento econômico;
- c) Jamais usaremos órgãos da prefeitura para perseguir e inviabilizar a vida das pessoas;
- d) Vamos aprofundar os mecanismos de democracia, de respeito pela opinião contrária e garantir ampla liberdade de imprensa, jamais tutelar, coibir, censurar ou corromper;
- e) Jamais iremos impor opiniões e comportamento político aos colaboradores e funcionários da prefeitura;
- f) Vamos ampliar, garantir e incentivar a liberdade para os cultos religiosos e o respeito pela religião das pessoas.



IV. Trabalho, Solidariedade e Cuidado

- a) Somos compromissados com a valorização dos trabalhadores e dos empreendedores no desenvolvimento de Rio Branco;
- b) Somos compromissados com a superação da condição de pobreza de todos os rio-branquenses;
- c) Daremos ênfase à meritocracia e à qualificação dos servidores públicos municipais;
- d) Exigiremos dos postulantes de cargos municipais alta qualificação técnica e ficha limpa na Justiça;
- e) Estaremos focados no incentivo e fomento técnico e financeiro à produção rural de Rio Branco;
- f) Adotaremos políticas inteligentes de incentivos, fomentos e isenções de taxas para expandir e consolidar o setor industrial de Rio Branco, com especial destaque ao agroindustrial;
- g) Estamos comprometidos em ajudar a gerar oportunidades de empregos e renda;
- h) Articularemos parceria com o setor produtivo para ajudar na geração do primeiro emprego para os nossos jovens de Rio Branco;
- i) Faremos um completo resgate da assistência técnica rural e apoio na inovação e pesquisas para a agricultura, a criação de animais e ao desenvolvimento de novos produtos em Rio Branco;
- j) Faremos obras bem feitas nos ramais da capital para permitir o escoamento da produção e barateamento dos custos com transporte;
- k) Faremos parcerias com as Igrejas e associações de bairros para promover a família de Rio Branco no campo da educação, no atendimento aos mais idosos, da assistência social, da prevenção do uso de drogas. Ajudaremos a crescer o cuidado e a caridade para com os mais humildes em Rio Branco;
- l) Vamos trabalhar mais pelos que tem menos, nunca subjugar as pessoas e procurar sanar necessidades vitais e sempre qualificar as pessoas para que elas consigam melhores empregos;

- m) Sempre daremos ênfase e prioridade no atendimento dos serviços públicos aos mais velhos, às crianças, às mães e aos portadores de necessidades especiais;
- n) Dotaremos todos os prédios da prefeitura de acessibilidade plena e incluiremos em nossas obras e reformas de infraestrutura urbana critérios de acessibilidade a serem fielmente observados.

V. Eficiência

- a) Nenhum resultado positivo nas políticas municipais será alcançado sem o valor da eficiência como guia de nossas ações. É prioridade equilibrar as contas da prefeitura;
- b) É nosso compromisso com a liberdade combater a burocracia desnecessária;
- c) A prefeitura precisa gastar menos em coisas supérfluas, menos com a panelinha de companheiros, combater o desperdício em todos os órgãos e economizar para poder investir em benefício das pessoas e do desenvolvimento da cidade;
- d) Os investimentos da prefeitura deverão apresentar resultados efetivos, devem ser eficientes. É obrigação prestar bons serviços públicos para o cidadão;
- e) Vamos implantar mecanismos de aferição de resultados, qualificar o funcionário municipal, desaparelhar a prefeitura e implementar a meritocracia no serviço público municipal;
- f) Vamos despolitizar todas as áreas, incentivando o mérito e o trabalho, bem como os resultados das ações em favor das pessoas;
- g) Economia, austeridade e respeito com o dinheiro dos pagadores de impostos serão as nossas balizas;
- h) As obras da prefeitura serão fiscalizadas com todo rigor possível. Faremos uma gestão que se pautará em evidências científicas e técnicas;
- i) Seremos eficientes na resolução dos problemas e na prestação dos serviços públicos municipais.

3. CARTA-COMPROMISSO COM O POVO DE RIO BRANCO



Fé, Trabalho e Ordem

Com fé, trabalho e ordem vamos pavimentar o caminho do desenvolvimento de nossa querida Rio Branco. Precisamos avançar, qualificar e elevar os nossos padrões de modernidade, de justiça, de oportunidades e de bem-estar. Precisamos sair do marasmo e encarar de frente os grandes e persistentes problemas que assolam o nosso povo.

É preciso coragem para enfrentar a tarefa de construirmos uma cidade melhor, mais acolhedora e mais próspera aos nossos filhos e netos. Com trabalho e determinação poderemos mudar Rio Branco: melhorar ainda mais o que está dando certo e corrigir os erros, as imperfeições e as injustiças. Nosso povo merece uma cidade mais vibrante, próspera e humana.

Infelizmente, estamos sendo des governados pela esquerda há mais de duas décadas. A desordem e o desmando imperam em nossa capital. Somos assolados pela violência e pelos crimes cometidos a luz

do dia. Há bairros inteiros controlados por facções criminosas.

A população não pode mais ser refém dos bandidos. A prefeitura precisa fazer a sua parte. Iremos, com fé em Deus, implementar medidas conjuntas com o governo do Estado para inibir o crime. A responsabilidade constitucional pela segurança pública é do governo do estado, mas não nos furtaremos em contribuir para a segurança do nosso povo.

Vamos lutar, reivindicar e batalhar por uma Cidade Segura. Vamos implementar uma Política Municipal de Segurança, com plano de ação definido e estabelecimento de prioridades, modelos úteis e objetivos, de curto e longo prazos.

Vamos constituir a Guarda Municipal com funções ampliadas: planejamento e organização baseados em estratégias preventivas e comunitárias. Suas atividades deverão extrapolar o cuidado dos bens, serviços e instalações e aliar ações sociais e educativas de relevância para a execução de

políticas locais de segurança pública. Iremos integrar o trabalho da guarda municipal às demais agências de segurança do Estado.

Vamos fomentar e investir no disquetização, requalificar a Defesa Civil. Vamos implantar câmeras de vigilância em pontos problemáticos da cidade, como nos centros comerciais, com a central de informações e o monitoramento, em parceria com a Polícia Militar do estado. Programamos muitas ações na área de Segurança Pública. Chega de omissão!

Chegou a hora de mudar. A cidade precisa respirar novos ares. A mudança precisa ser sentida no coração do cidadão de Rio Branco. Devemos dar um basta no desmando, no descaso e na incompetência. A hora de mudar é agora!

Vamos fazer um governo pra frente! Sabemos que é preciso modernizar a cidade, enxugar os gastos desnecessários do governo perdulário e investir menos na máquina pública e mais em nosso povo.

Vamos batalhar para atrair empregos, indústrias e novos negócios. Vamos fomentar o agronegócio, buscar incentivos para os empreendedores e trazer mais recursos para voltarmos a crescer, a prosperar e a gerar empregos.

É nosso compromisso implantar um programa de incentivo a pequenas e micro empresas de Rio Branco. Analisaremos alternativas de isenção do pagamento de taxas para alvará de micro e pequenas empresas, incentivaremos o microcrédito para a aplicação no desenvolvimento dos negócios, apoiaremos e incentivaremos parcerias com o Sistema S, para a qualificação dos pequenos negócios nos diversos segmentos produtivos de Rio Branco. Vamos, ainda, simplificar os

procedimentos de abertura, alteração e baixa de pessoas jurídicas, no tocante ao que depende da prefeitura.

Prevemos, também, um grande programa de regularização fundiária. As cidades brasileiras padecem de irregularidades e falta de escritura pública. Milhares de famílias acreanas não têm escritura pública de suas moradias. Vamos criar um programa, o Cidade Legal, que irá ajudar as famílias a conseguir regularizar a propriedade e ter acesso a crédito e a outras vantagens. Formalizar o direito à propriedade, com a escritura pública, é injetar dinheiro na veia dos mais pobres. É cuidar das pessoas.

Me comprometo em ser a liderança capaz de tirar sonhos do papel e imprimi-los no cotidiano do cidadão. Vamos dar prioridade máxima para dotar os bairros de infraestrutura minimamente digna para a população. Hoje, há muitos completamente abandonados pela Prefeitura; abandonados por todos.

A atual administração deu as costas às necessidades do povo. O resultado é perverso: centenas de bairros estão sem o mínimo, fartos de lama, buracos, falta de espaço de lazer e espaços comunitários. Falta a presença da prefeitura nestes bairros.

Não podemos aceitar o descaso com que são tratadas milhares de famílias em Rio Branco. É preciso coragem para dar um basta no desalento ofertado pelo poder público municipal.

Cuidar dos bairros não vai ser encarado como despesa, mas sim como investimento. Com mais saneamento, pavimentação e drenagem, pode-se economizar nos serviços municipais de atendimento médico, pois a população ganhará em saúde e evitará doenças.

Vou buscar parcerias com o poder estadual e federal para a resolução desta vergonha que herdaremos de governos que não ligavam para as pessoas. Há recursos a serem buscados. Vou trabalhar com planejamento, buscando a eficácia administrativa e a boa relação política com nossa bancada federal. Nosso apoio ao presidente Bolsonaro é, portanto, integral e pelos valores que comungamos.

O que se tem visto em Rio Branco, até então, é descaso e má administração. É possível mudar isto, com foco e trabalho conjunto dos poderes públicos na captação de recursos para aplicar no saneamento, na pavimentação e na drenagem da cidade. Com o novo marco do saneamento, aprovado este ano, muitos horizontes estarão abertos. É hora de mover nossas forças políticas em Brasília para dar um jeito na chaga da falta de saneamento básico. Minha bandeira até o fim será articular, com o governo estadual e federal, para resolver de vez o problema!

Vou me empenhar em conseguir mais recursos para a pavimentação, o saneamento, a drenagem e o tratamento da água para Rio Branco: é compromisso que assumo com vocês, que são humilhados cotidianamente com o descaso e a insensibilidade da prefeitura.

Cuidar e Modernizar são os nossos objetivos. Vamos melhorar a qualidade do atendimento da prefeitura e dos serviços públicos ofertados. Um exemplo é a implantação do Projeto Saúde na Escola, a partir da articulação de áreas que, na maior parte do tempo, não conversam: Saúde e Educação.

No início do ano letivo, todas as escolas públicas da rede municipal de ensino serão

visitadas por uma equipe multidisciplinar de profissionais da saúde, especializados em visão, fonoaudiologia, psicologia, dentre outros profissionais. Estima-se que 15% dos alunos apresentem algum problema relacionado à visão, audição, fonoaudiologia ou distúrbios do comportamento e do desenvolvimento.

Os profissionais aplicarão os primeiros testes para triar os que necessitam de atendimento mais especializado. A meta é atender, pelo menos uma vez por ano, durante dois ou três dias, cada escola da rede municipal de ensino, realizando consultas médicas, odontológicas, oftalmológicas, de fonoaudiologia, atendimento psicossocial e de diagnósticos de síndromes, para encaminhar tratamentos, receitas de óculos e outros.

O projeto se iniciará no atendimento às escolas com os piores desempenhos e indicadores de qualidade, visto que muitas crianças e jovens apresentam problemas de saúde que não são identificados e tratados, e estes problemas afetam diretamente a vida escolar, por vezes se constituindo em fator de insucesso educacional.

O Saúde na Escola poderá, ao se consolidar, encaminhar crianças e jovens para tratamento adequado dos casos, evitar complicações e influir em uma elevação da qualidade de educação de Rio Branco. Para a execução do programa serão constituídos dois ônibus-consultório, aparelhados, que farão o atendimento às escolas. Esse é um exemplo de ação que pode nos ajudar a revolucionar o ensino em nossa capital.

Vamos implantar as Escolas de Talento para atender os alunos da rede municipal, no contraturno, com reforço educacional, robótica, ensino de língua estrangeira, esportes e artes. As escolas terão quadras,

anfiteatros, piscinas, cinemas, ginásios, bibliotecas, parques e laboratórios de ciência, tecnologia e inovação. Vamos assumir progressivamente o ensino fundamental.

Os programas educacionais vão incluir reforço escolar, ensino de língua estrangeira, artes, música, dança, teatro, artes plásticas, robótica, tecnologia e inovação, literatura, xadrez, muitos esportes, iniciação profissional e ensino de ofícios. São escolas para revolucionar o ensino e cuidar do futuro das crianças de Rio Branco. Prioritariamente, os estudantes das escolas de ensino fundamental que apresentarem os piores indicadores de aprendizagem e fluxo educacional, serão os primeiros a complementar o horário escolar. Este é mais um exemplo do que podemos fazer.

Nossas propostas para a gestão de 2021 a 2024 foram elaboradas e construídas ouvindo os principais setores da sociedade, da economia e, principalmente, contemplando as principais demandas e reivindicações dos cidadãos Rio-branquenses.

Compromisso em torno de princípios, valores e propostas de gestão

Quero estabelecer um grande compromisso político em torno de princípios, valores e propostas para a gestão da prefeitura e a modernização da cidade, com cuidado especial com os mais pobres e mais frágeis. Assumo meu papel de liderar com fé, força e vitalidade, e minhas futuras decisões serão tomadas mediante os valores que tenho de honestidade, eficiência, respeito com o dinheiro dos pagadores de impostos e respeito pelas legítimas demandas do povo.

Não farei qualquer concessão a iniciativas

que, em sua forma ou conteúdo, atentem contra os valores que fundaram a nação e permanecem basilares de nossa sociedade. Neste sentido, é imperativo firmar nossa repulsa a ações que vislumbrem a ideologia de gênero, a doutrinação ideológica nas escolas, a erotização infantil e a legalização do aborto e das drogas. De outra parte, nos postamos inarredáveis na defesa da liberdade de expressão do indivíduo e da imprensa, com direito ao contraditório e a ampla defesa.

O meu compromisso primordial é com os valores e princípios que me trouxeram até aqui. Sempre tive um lado, o do povo, com as suas necessidades básicas refletidas em educação de qualidade, em saúde humanizada e imediata, em segurança, em mobilidade e desenvolvimento urbano, em oportunidades de trabalho, em condições de cultura, esporte e lazer e, por conseguinte, na expectativa de uma administração honesta, presente e democrática.

Eu tenho lado! Desde o princípio caminhei firme, em 2018, para derrotar a frente popular, que nos levou ao buraco e à inércia econômica. Um político por vocação precisa ter lado claro. Políticos que se travestem não merecem o respeito do povo. Acredito e acreditamos que, juntos, podemos avançar muito para resolver os problemas e alcançar novos patamares de desenvolvimento, renda e prosperidade.

O meu compromisso, que antecede o meu programa de governo, é integralmente com o cidadão, suas associações, suas instituições e, principalmente, com a liberdade e com o respeito a sua capacidade de mover seu próprio destino perante as oportunidades que podemos gerar.

Temos convicção de que os rio-

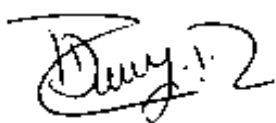
branquenses são cidadãos participativos à espera de propostas que levem em conta as suas capacidades e lhes ofereçam oportunidades. Comprometemo-nos com a verdadeira mudança.

Rio Branco, a nossa querida capital, está adormecida e reprimida por anos e anos de gestões medíocres, perversas e irresponsáveis. O modelo enganoso, que se perpetuou no poder em todos os níveis por 20 anos, deixou feridas profundas. Vestiram sem pudor a máscara da mentira e da covardia. Não adianta maquiarem-se para mostrar uma nova face, deixem as máscaras para a pandemia.

Com o apoio que, certamente, teremos do governo Bolsonaro, por temos fortes vínculos de ideias, vamos nos fortalecer para deixar para trás e superar os problemas médicos e económicos que sofremos com a pandemia.

Nosso compromisso fundamental é de natureza política. O eleitor é o nosso patrão, o nosso guia, o nosso parceiro e, com ele, respeitosamente, eu me comprometo.

Chegou a hora de nos empenhar a construir novos tempos. Esse é o momento da união! Conclamo todos a nos ajudar! Vamos construir a vitória, com muita fé, trabalho e ordem! Vamos modernizar Rio Branco e cuidar da nossa gente!



Roberto Duarte



4. EIXOS TEMÁTICOS E PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

O Plano ora apresentado foi dividido em 5 (cinco) Eixos Temáticos, quais sejam:

- I. Cidadania e Desenvolvimento Humano;
- II. Economia e Empreendedorismo;
- III. Gestão Sistêmica e Inteligente;
- IV. Infraestrutura e Mobilidade Urbana;
- V. Cultura, Esporte e Lazer.

Cada Eixo foi organizado em áreas, nas quais constam as propostas e suas respectivas ações, que foram minimamente contextualizadas tão somente objetivando facilitar a compreensão de leitores. Ao todo, o Plano possui 82 propostas, que serão melhor detalhadas a seguir:





Cidadania e Desenvolvimento Humano



4.1 CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

O primeiro e grande eixo temático que propomos diz respeito às funções básicas da administração municipal, todas elas em franca expansão devido às modificações no desenho do pacto federativo que, cada vez mais, descentraliza para os níveis locais a prestação de serviços à comunidade.

Significa dizer que **Educação, Saúde, Segurança Pública e Assistência Social**, áreas diretamente relacionadas ao desenvolvimento humano, cuja métrica se define por indicadores internacionalmente adotados, constituem o núcleo do movimento que pretendemos implementar, visando a prestigiar o exercício da cidadania e a melhoria da inserção de Rio Branco, na classificação nacional, em termos de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

Cidadania tem a ver, basicamente, com o exercício, pelo cidadão, independentemente de sua idade, dos direitos e deveres que a Lei lhe confere, o que não obriga sequer o seu conhecimento. O Estado brasileiro definiu entre estes, através da Constituição Federal, as atribuições do município, entre elas a oferta de **educação** de base - creche (0 a 3 anos); pré-escola (4 e 5 anos) e fundamental (6 a 14 anos).

Recai, portanto, sobre a responsabilidade do município o maior desafio: o dever de garantir que nossas crianças recebam a educação e todo o cuidado necessário para o seu pleno desenvolvimento, considerando suas capacidades cognitivas, físicas, afetivas, éticas, estéticas, de inserção social e relação interpessoal.

No tocante aos anos iniciais do Ensino Fundamental, o grande desafio será garantir que, ao final do 5º ano, todas as nossas

crianças sejam capazes de ler, interpretar, escrever e realizar as quatro operações matemáticas.

De outra parte, sobressai o direito do cidadão à **saúde** que, embora seja obrigação linear de todos os entes federativos, carrega os municípios, de acordo com os Princípios e Diretrizes Nacionais sobre a saúde primária, com “a Atenção Básica,” caracterizada como o conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde, com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação atual, na autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes das coletividades. As ações básicas constituem a porta de entrada no Sistema único de Saúde – SUS.

Menos ostensiva mas também obrigação concorrente, a **segurança pública** é atribuição do município, à medida em que, protegendo o patrimônio público, disciplinando o trânsito, realizando patrulha, rondas nas escolas, etc., realiza um papel fundamental de prevenção ao crime, ainda mais considerando-se o estágio atual de sujeição da sociedade a eventos criminosos organizados. Decididamente, o município não pode ser omissor neste aspecto da vida social.

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, afirma a assistência social como política pública essencial, visando à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos e, já em seu segundo parágrafo, institui entre seus objetivos: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às

crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. Trata-se, portanto, de revelar a responsabilidade dos entes federativos em relação aos mais pobres e desvalidos, o que inclui, de modo prioritário, o poder municipal. Ao evoluirmos no sentido de garantir integralmente os direitos dessas pessoas, realizamos o papel mais íntimo e generoso do poder público com a democracia.

Não é exagero dizer que, em cada uma dessas quatro funções, há muito o que fazerem Rio Branco. Em alguns casos, por atraso ou descolamento da realidade, em vista da estagnação provocada pela sedimentação de um determinado perfil político-ideológico e, em outros, por real divergência daquilo que propomos, atualmente, como necessário e contemporâneo.

Note-se, por exemplo, que em termos de **educação**, existe um enorme déficit de vagas em creches, impactando no desenvolvimento das crianças de até 3 (três) anos de idade. É preciso cuidar melhor de nossas crianças.

Soa peculiar que, considerando os dados de matrículas realizadas em dezembro de 2019, temos 10.258 crianças matriculadas na pré-escola e somente 1.737 crianças matriculadas no primeiro ano do ensino fundamental.

É preciso fortalecer as Redes e os Conselhos de educação, promover a participação das famílias na vida escolar e priorizar investimentos considerando a oferta de vagas, ampliação e modernização da infraestrutura, a formação continuada dos profissionais e educadores, bem como

a inserção de novos recursos pedagógicos e mecanismos de gestão do sistema, fatores imprescindíveis que integram o conjunto de ações para melhorar a qualidade e a efetividade na Educação Básica de Rio Branco.

Na área da **saúde**, fortemente impactada, este ano, pela COVID-19, temos que considerar o esforço da sociedade e dos governos nos três níveis, cujos recursos foram prioritariamente direcionados ao combate à pandemia. É fato, porém, que subsistem fragilidades crônicas, determinadas por decisões administrativas ao longo do tempo.

Veja-se que, segundo dados do Ministério da Saúde, a Prefeitura de Rio Branco possui, atualmente, 53 equipes de saúde da família, e a estratégia de saúde da família com apenas 48,41% de cobertura da população. A atenção básica cobre apenas 75,63% da população, evidenciando a necessidade de ampliar tal cobertura e, principalmente, melhorar a qualidade dos serviços para um maior número de usuários.

Em relação ao número de Agentes Comunitários de Saúde, enquanto no ano de 2013 existiam 588 agentes de saúde, em 2020, esse número foi reduzido para 527, apesar do teto estabelecido pelo Ministério da Saúde ser de 976 agentes.

Quando avaliamos a prevalência de ações de saúde bucal, nota-se que a cobertura em Rio Branco é de 53,82%, mas se considerarmos a eSF esse percentual é de apenas 22,87%, com apenas 25 equipes de saúde bucal, inexplicavelmente o mesmo número de equipes existentes em 2016, apesar do teto do Ministério da Saúde permitir a contratação de 189 equipes, para eSB tipos I e II.

Ao tratar do tema **Segurança Pública**, vemos que estudos realizados, em 2019, pela FENAGUARDAS - Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais, indicam que 71,2% dos municípios, com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, como é o caso de Rio Branco, contavam com guardas municipais instituídas, arregimentando um número entre 100 mil e 150 mil agentes, que realizam o combate primário à violência.

Embora a definição de atribuições aos entes federativos obedeça a normativas originárias na Constituição Federal, a questão da segurança pública, no que diz respeito ao município, vai além da mera guarda e vigilância dos próprios públicos, como antigamente, para assumir um protagonismo crescente e ocupar, a partir daí, um papel de centralidade no combate e na prevenção da violência, por se tratarem dos entes federados mais próximos dos problemas da sociedade.

Um brevíssimo diagnóstico nos informa que, nos últimos cinco anos, o Acre passou por um processo intenso e assustador de aumento dos índices de criminalidade, principalmente em relação às infrações mais graves, como homicídios, roubos, furtos e tráfico de entorpecentes. O crime, antes eventual, tornou-se profissional, fato decorrente, entre outros motivos, da instalação efetiva de organizações criminosas em nível nacional. Na capital, por motivos óbvios, este movimento

foi ainda mais sensível, ao ponto de, em 2017, segundo o Atlas da Violência elaborado pelo Ipea, Rio Branco figurar em **segundo lugar**, entre as capitais brasileiras, no ranking que avalia a taxa de homicídios.

Faz-se necessário saber que a atuação do município nesta área, cada vez mais significativa no que concerne aos direitos de cidadania, inclui a proteção de bens, serviços e instalações, assim como atendimento imediato de ocorrências, patrulhamento de vias públicas, ordenamento do trânsito, defesa civil, segurança em eventos, ronda escolar, ronda Maria da Penha etc., o que libera agentes de outros entes para as funções mais graves e próprias de suas qualificações e competências constitucionais.

Com a crise econômica atual é bastante razoável prever que haja um aumento considerável na demanda, por atenção, às famílias mais vulneráveis, o que significa para o Estado, não apenas mais recursos financeiros, como aporte de mais esforços institucionais e, conseqüentemente, mais presença da Prefeitura Municipal. Devemos, portanto, estar preparados para, a partir de nosso compromisso com o cidadão de Rio Branco, aprofundar a devida inserção neste campo e responder, efetivamente, com o auxílio e os cuidados possíveis nos termos da legislação e programas existentes.



4.1.1 EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO

O desenvolvimento de uma sociedade está diretamente relacionado aos investimentos realizados na primeira infância, pois é até os quatro anos que a criança desenvolve mais da metade do potencial mental do adulto. Priorizar uma política efetiva na Educação Infantil impacta, diretamente, o desempenho de toda a vida escolar dos alunos, inclusive determinando as taxas de produtividade, renda, violência e outros índices de desenvolvimento socioeconômico e de qualidade de vida. Esta é, em síntese, a missão educacional do município como ente federativo.

Entretanto, em Rio Branco, as escolas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, anos iniciais, não atendem, na integralidade, as propostas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece basicamente seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento para que a criança se torne mais ativa e consiga aprender: **conviver; brincar; participar; explorar; expressar e conhecer-se.**

Em 2019, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação (SEME/PMRB), foram matriculadas 5.083 crianças nas creches do município de Rio Branco.

Note-se que, além da procura por vagas identificadas em creches e pré-escolas, existe ainda a demanda não manifesta, decorrente daquelas pessoas que sequer buscam por estes serviços na Rede Pública Municipal, elevando, consideravelmente, a necessidade de abertura de novas vagas. Investir na Educação Infantil com qualidade, especialmente concentrando esforços no atendimento a crianças socialmente

vulneráveis, é contribuir, diretamente, para a redução das desigualdades socioeconômicas da nossa população.

A Educação Infantil será, em nosso plano de governo, tratada como prioridade, valorizando os profissionais e modernizando as escolas para garantir o cuidado e o desenvolvimento pleno das capacidades físicas, intelectuais, sociais e emocionais das nossas crianças, inclusive ampliando a participação da comunidade, das famílias, das instituições e Conselhos, integrando diferentes áreas setoriais.

Nesse sentido, apresentamos algumas das alternativas a serem implementadas em busca da efetiva melhoria da educação municipal de Rio Branco, a seguir detalhadas em propostas/ações:

Gestão para o Aprendizado

- a) Discutir, com a comunidade escolar, a revisão da **Lei de Gestão Democrática**, possibilitando mais transparência e efetiva participação de todos os segmentos da educação, na gestão dos processos educacionais;
- b) Reassumir, progressivamente, a **responsabilidade pelos anos finais do ensino fundamental**, iniciando com a oferta do 6º ano do ensino fundamental (a partir de 2023) em escolas municipais que possuem acima de 500 alunos matriculados, as quais farão parte do projeto Escola Municipal Cívico-Militar, em adesão ao modelo proposto pelo Ministério da Educação;
- c) Aperfeiçoar a política de avaliação da aprendizagem e dos processos educacionais, permitindo aos professores o desenvolvimento de práticas de ensino

- emancipatórias (mais autonomia ao professor) e, aos demais profissionais da educação, maior capacidade de reflexão acerca das atividades e rotinas da escola;
- d) Garantir capacitação em gestão escolar e equipes técnicas permanentes de suporte à gestão nas escolas, auxiliando a Direção nos processos administrativos e de rotina;
 - e) Criar o **Núcleo Melhores Práticas** de gestão escolar, responsável pelo monitoramento e avaliação da qualidade do ensino da rede municipal, viabilizando o compartilhamento e a troca de experiências das melhores práticas aplicadas à gestão das escolas;
 - f) Implantar a plataforma digital **Escola online**, garantindo o registro e o acompanhamento do desempenho de 100% dos alunos da rede municipal de educação, além da oferta de serviços, como matrículas, transferências, emissão de certificados, histórico e boletim escolar, além de consultas e outros serviços digitais;
 - g) Disponibilizar conteúdo didático-pedagógico, incluindo livros digitais, vídeos, videoaulas, jogos educativos, dentre outros, massificando a utilização da tecnologia como recurso pedagógico estratégico;
 - h) Disponibilizar ferramentas para a geração de relatórios e cruzamento de dados, em tempo real, otimizando o tempo dos professores e fornecendo as informações estratégicas para o planejamento e tomada de decisões;
 - i) Garantir transparência na divulgação dos dados consolidados de todas as unidades escolares, com relação a quantidades de alunos, turmas, resultados dos índices, prestações de contas, dentre outros;
 - j) Implantar o programa **Escola Aberta**, promovendo a abertura das escolas, aos finais de semanas e feriados, a fim de permitir, à comunidade escolar, o acesso aos equipamentos e espaços recreativos;
 - k) Criar o Programa **Transporte do Conhecimento**, com a aquisição de veículos ônibus/micro-ônibus, assegurando que os alunos da Rede Municipal possam participar de atividades pedagógicas em ambientes externos à sala de aula (parques, feiras, exposições, museus, empreendimentos, espaços recreativos, esportes, etc), bem como trocar experiências conhecendo as melhores práticas escolares aplicadas por outras unidades;
 - l) Ampliar parcerias e fortalecer as ações e **programas educativos socioemocionais** que estimulem o desenvolvimento de habilidades e práticas que contribuam para o equilíbrio emocional, redução da violência, resolução de conflitos, bem-estar e convívio social;
 - m) Garantir a **doação de uniformes** escolares para 100% das crianças da rede municipal.

Infraestrutura da Rede Municipal de Educação

- a) Construir **15 novas unidades escolares** (10 creches, 03 escolas de ensino fundamental anos iniciais e 02 escolas de ensino fundamental modelo);
- b) Reformar, ampliar e adequar escolas urbanas e rurais, inclusive concluir unidades em construção e/ou com obras paralisadas;
- c) Construir e reformar **quadras poliesportivas e espaços alternativos**

para práticas lúdicas e recreativas nas unidades escolares;

- d) Climatizar 100% das salas de aulas das escolas municipais rurais.

Educação Infantil Acolhedora

- a) Ampliar a oferta de **2.000 novas vagas em creches**, com a construção de 10 novas unidades;
- b) Universalizar o atendimento das crianças, de 4 e 5 anos de idade (pré-escola), cumprindo com a matrícula obrigatória dos estudantes a partir dos 4 anos;
- c) Implantar **brinquedotecas e espaços recreativos**, em todas as creches e pré-escolas;
- d) Garantir a oferta de **merenda escolar de qualidade**, com orientação e acompanhamento de nutricionista.

Escola de Talentos

- a) Implantar **laboratórios de ciência, tecnologia e inovação**, com equipamentos e instrumentação de ciência básica e aplicada, robótica e programação, onde as crianças terão amplo acesso a teorias e práticas em inovação, empreendedorismo e plataformas digitais, realizando experiências, compartilhando ideias e desenvolvendo soluções criativas, de usabilidade nas próprias escolas;
- b) Criar a **Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação**, motivando o processo de aprendizado com o maior envolvimento escolar a fim de melhorar a comunicação oral e escrita, vinculada às inovações tecnológicas, como robótica;
- c) Criar as **Olimpíadas do Conhecimento**, premiando os alunos nas diferentes áreas do conhecimento, incluindo redação,

matemática, xadrez, robótica, inovação e raciocínio lógico, como nova ferramenta na qualificação e na avaliação da base educacional;

- d) Iniciar a **oferta de Língua Estrangeira** a partir do 3º ano do ensino fundamental, construindo uma política de educação bilíngue, com a formação dos professores e, por conseguinte, dos alunos;
- e) Ofertar **vagas em cursos de idiomas aos professores** da rede municipal, através do sistema de voucher, com a aquisição de vagas junto às instituições privadas.

Escola Militar

- a) Implantar duas **Escolas Municipais Cívico-militares** em Rio Branco, com gestão escolar compartilhada entre educadores e militares, onde a Secretaria Municipal de Educação continuará responsável pelo currículo e parte pedagógica, e competirá aos militares, a atuação como monitores na gestão educacional, com atividades e práticas de hierarquia e civismo, dentre outras, formando alunos e cidadãos melhores.

Valorização dos Profissionais da Educação

- a) Revisar, com os servidores da educação municipal, **o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração**, e construir alternativas para melhorar as condições de trabalho e a remuneração de todas as categorias;
- b) Criar a **Escola de formação** para os profissionais da educação, e garantir a oferta de qualificação permanente aos servidores;
- c) Articular parcerias com as instituições públicas e privadas para a oferta de cursos

de formação inicial e continuada, visando a auxiliar na melhoria e no aperfeiçoamento dos processos educacionais, inclusive com a utilização das novas tecnologias da comunicação e informação no processo de ensino e aprendizagem;

- d) Articular, com as instituições de nível superior, a realização de pós-graduação *stricto sensu* e *latu sensu* em Gestão e Educação Infantil e, por conseguinte, nas diversas áreas do Ensino Fundamental, para professores e demais profissionais da Rede Municipal.

Educação Especial Inclusiva

- a) Ampliar e adequar as unidades educativas, com oferta de salas de aula e espaços multifuncionais, e com a oferta adequada

de profissionais especializados no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem especial;

- b) Garantir melhorias e adequações nos transportes escolares e públicos, possibilitando o atendimento e a acessibilidade plena, ao ambiente escolar, dos alunos especiais.

Educação de Jovens e Adultos

- a) Fortalecer e ampliar os programas de Educação de Jovens e Adultos, promover a escolarização de grupos sociais historicamente marginalizados, e elevar os índices de alfabetização e escolarização da população, proporcionando maior inclusão social e cidadania.



4.1.2 ATENÇÃO ESPECIAL À SAÚDE

O olhar inicial do cuidado com a saúde deve agrupar diversas ações individuais e coletivas relacionadas à promoção e proteção, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento e reabilitação. Em síntese, representa a principal porta de entrada para o Sistema de Saúde.

A Atenção Básica possibilita resolver grande parte dos problemas de saúde, evitando, na maioria das vezes, a busca pelo atendimento nas emergências dos hospitais. As ações na saúde primária devem ser desenvolvidas e promovidas com o maior grau de conhecimento da vida das pessoas, assim como do local onde a população habita em sociedade.

Para tanto, é essencial que seja norteadas sempre pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. Assim, deve-se considerar não apenas a enfermidade do indivíduo, mas concentrar-se também nas condições de vida, trabalho e ambiente da população de determinada região.

A padronização dos serviços de integralidade horizontal (acolhimento, fluxo

atendimento, cadastro, cartão SUS, visitas domiciliares, reuniões, agendamentos, dispensação de medicamentos, etc) e vertical (referências para exames, consultas especializadas e internações) também será fortemente apoiada.

A carência de médicos nas Unidades Básicas de Saúde, principalmente no tocante às áreas de pediatria e ginecologia, também é uma das principais problemáticas da Saúde Básica do Município de Rio Branco, que será fortemente enfrentada pela nossa gestão, inclusive ampliando os horários de atendimento, com terceiro turno. Vamos investir na modernização e na ampliação da infraestrutura, com a construção de novas Unidades de Saúde e a aquisição de equipamentos e aparelhos, incluindo mamógrafos e ultrassom.

É preciso tratar a saúde com seriedade, como prioridade. Ao analisar os dados do MS/DATASUS, de 2018, acerca da despesa total com saúde entre as capitais brasileiras, Rio Branco aparece em último lugar, com gasto de, aproximadamente 3,5 vezes menor que Belo Horizonte, a primeira no ranking.

Nesse sentido, apresentamos algumas das alternativas a serem implementadas em busca da efetiva melhoria dos serviços de saúde prestados à população de Rio Branco, a seguir detalhadas em Programas/Ações:



Infraestrutura da Rede municipal de Saúde

- a) Reformar, ampliar e adequar 25 Unidades Básicas de Saúde (UBSs);
- b) Construir 02 Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), nas regiões do Tancredo Neves e Calafate;
- c) Construir 02 novos Centros de Saúde, nos bairros do Bosque e Belo Jardim;
- d) Implantar 02 novos Centros de Especialidade Odontológica (CEO), nas regiões das Placas e 06 de agosto;
- e) Implantar 01 novo Laboratório de Prótese Dentária (LPDR) na região do 2º Distrito;
- f) Implantar a primeira Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF);
- g) Implantar a primeira Unidade Odontológica Móvel (UOM);
- h) Implantar 01 Oficina ortopédica (unidade móvel);
- i) Implantar o primeiro Centro de Referência para a Saúde do Homem;
- j) Implantar o Primeiro Centro de Referência para a Saúde da Mulher;
- k) Implantar 10 novas Academias de Saúde.

Saúde do Homem

- a) Implantar um Centro de Referência especializado na oferta de serviços voltados para a prevenção e tratamento das doenças que predominam na população masculina, no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral da Saúde do Homem (PNAISH);
- b) Garantir atendimento especializado nas áreas de urologia, infectologia e cardiologia, visando à prevenção, diagnóstico precoce e tratamentos de hiperplasia prostática benigna (HPB), câncer de próstata, doenças infectocontagiosas (Aids/HIV, Tuberculose, dentre outras) e crônicas

(diabetes, hipertensão, etc);

- c) Garantir a realização de exames preventivos e de diagnóstico nas especialidades de interesses (PSA, eletrocardiograma, glicemia, teste rápidos HIV, dentre outros) e atendimento psicológico, para melhor enfrentamento ao tratamento proposto.

Saúde da Mulher

- a) Implantar uma unidade de saúde especializada nos serviços de prevenção, assistência e recuperação da saúde e melhoria das condições de vida das mulheres;
- b) Promover ações de atenção obstétrica (pré-natal, parto puerpério, urgências e emergências obstétricas), vigilância epidemiológica do óbito materno, violência sexual e doméstica, climatério, prevenção a Aids e infecções sexualmente transmissíveis, câncer de colo de útero e mama;
- c) Garantir oferta de consultas de ginecologia, coleta de material para exame citopatológico (preventivo de câncer de colo uterino - PCCU), avaliação e encaminhamento dos laudos de exame cito patológico para o CECON, além de planejamento familiar, fornecimento de métodos contraceptivos e encaminhamento para consultas especializadas, incluindo o atendimento à gestação de alto risco;
- d) Realizar exames de ultrassonografia, coleta para exames de colposcopia e biopsia de colo de uterino, além de mamografia, possibilitando a identificação precoce de possível câncer de mama e encaminhamento imediato dos casos para tratamento;
- e) Coordenar a implementação da Rede

Cegonha, no município de Rio Branco, garantindo que toda mulher, com suspeita de gravidez, tenha acesso ao teste de gravidez (teste imunológico de gravidez na urina ou dosagem de β HCG na urina ou no sangue) e que, confirmando a gestação, seja imediatamente cadastrada no programa, inclusive com solicitação de exames;

- f) Garantir assistência durante todo ciclo de gravidez, desde as consultas de pré-natal (no mínimo sete), ultrassonografias e outros exames necessários e acompanhamento da mãe e do filho, até o segundo ano de vida do bebê;
- g) Disponibilizar mais pontos de coleta de leite materno, incentivando a doação para o Banco de Leite de Rio Branco, na maternidade Bárbara Heliodora.

Saúde na Escola

- a) Adquirir dois ônibus-consultório, equipados, e implantar um amplo programa de atenção à saúde nas escolas, com atendimento em odontologia, oftalmologia e fonoaudiologia, bem como psicossocial e de diagnósticos de síndromes, garantindo encaminhamento para os tratamentos adequados;
- b) Garantir nutricionistas para oferta de merenda com qualidade visando a segurança alimentar das crianças atendidas pela Rede Municipal de Educação.

Terceiro Turno

- a) Criar o programa "Terceiro Turno", estendendo o horário de atendimento até as 22h, em Centros de Referência (URAPs/NASFs), garantindo consultas e atendimentos médicos especializados,

inclusive serviços odontológicos, a partir da adesão ao Programa "Saúde na Hora", da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde (SAPS/MS).

Mais Saúde

- a) Ampliar as coberturas de Atenção Básica e da Estratégia de Saúde da Família, inclusive nas áreas rurais, garantindo que as famílias sejam efetivamente atendidas, ampliando os serviços ofertados pela Rede de Atenção à Saúde;
- b) Ampliar o número de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) composto por equipe multiprofissional e interdisciplinar (assistente social, profissional/professor de educação física, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, ginecologista/obstetra, nutricionista, pediatra, psicólogo, psiquiatra, terapeuta ocupacional, médico geriatra, médico internista/clínica médica, médico do trabalho, dentre outros;
- c) Ampliar o atendimento de ginecologia e pediatria nas UBS e USF, que ainda não disponibilizam tais especialidades, garantindo o acesso da população aos serviços de saúde em áreas críticas e com elevada demanda reprimida;
- d) Ampliar as Equipes de Saúde da Família, compostas por enfermeiros, médico generalista ou de família, auxiliar de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS), com inclusão de novas Equipes de Saúde Bucal e Agentes Comunitários de Saúde, em quantidade suficiente para cobrir 100% da população cadastrada;
- e) Credenciar e implantar novas Equipes de Saúde Bucal, além de otimizar as unidades

- e consultórios odontológicos existentes, ampliando a cobertura, com a contratação de profissional de odontologia - Cirurgião Dentista, Auxiliar em Saúde Bucal ou Técnico em Saúde Bucal, garantindo melhor atendimento em todas as regionais;
- f) Ampliar o serviço de Consultório de Rua, garantindo atenção integral à saúde de pessoas em situação de rua, com a implantação de mais uma Equipe de Consultório na Rua, Modalidade II;
- g) Implantar as equipes de Saúde da Família Fluvial e Equipes de Saúde da Família Ribeirinha, que atuarão nas Unidades Básicas de Saúde Fluvial ou em UBSs localizadas nas comunidades ribeirinhas;
- h) Implantar Equipe de Atenção Básica Prisional Tipo III, garantindo o acesso ao cuidado integral às pessoas privadas de liberdade, no sistema prisional, devendo realizar suas atividades nas unidades prisionais ou nas Unidade de Saúde da Família a que estiver vinculada;
- i) Implantar Equipe de Saúde Bucal, que atenderá na Unidade Odontológica Móvel, garantindo as ações de promoção, prevenção e o atendimento básico às populações rurais, assentadas, isoladas ou em áreas de difícil acesso.

Melhor em Casa

- a) Ampliar e fortalecer o Serviço de Atenção Domiciliar, com ações que melhorem a qualidade do atendimento prestado às pessoas incapacitadas e/ou com dificuldade de locomoção, garantindo atendimento personalizado conforme sua rotina e dinâmica familiar, reduzindo hospitalizações e minimizando, assim, o risco de infecções hospitalares;

- b) Implantar 01 Equipe Multiprofissional de Apoio, ampliar os serviços ofertados pela Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar e prestar, dessa forma, melhor atendimento de saúde aos pacientes com problemas de saúde e impossibilidade física de locomoção;
- c) Garantir atendimento exclusivo aos portadores de necessidades especiais, com transporte, atendimento médico, fisioterapeuta, odontológico e nutricional;
- d) Capacitar familiares e/ou cuidadores contratados, que estejam aptos para prosseguirem com o tratamento do paciente.

Plano de Contingência para Emergências em Saúde

- a) Elaborar um plano multisetorial de contingência para emergências em saúde pública, garantindo a ampla mobilização para o imediato enfrentamento às emergências, a exemplo da pandemia do Covid-19, com a alocação de recursos e disponibilização da infraestrutura e equipamentos de saúde, das esferas estadual, municipal e privada;
- b) Implantar uma central de operações responsável por orquestrar, quando necessário, a imediata implementação do Plano de Contingência, considerando os fluxos, protocolos, procedimentos, estratégias e planos de ação estabelecidos no âmbito das unidades de saúde, garantindo a interlocução eficaz entre as áreas de Saúde e demais órgãos setoriais e atores estratégicos (áreas de planejamento, comunicação, segurança pública, infraestrutura, educação, rede privada e sociedade em geral);

- c) Criar e manter atualizado um banco de dados com a relação de medicamentos, equipamentos, insumos de proteção individual prioritários e respectiva rede de fornecedores, bem como dos respectivos modelos de processos licitatórios, garantindo celeridade e otimização dos recursos, no combate às emergências em saúde pública.
- b) Garantir infraestrutura, equipamentos e profissionais qualificados na promoção de práticas corporais e atividade física, que contarão com o acompanhamento de uma equipe multiprofissional, composta por Educadores Físicos e profissionais de Saúde, possibilitando o adequado desenvolvimento de atividades físicas, nestes espaços públicos.

Enfrentamento à Pandemia da Covid-19

- a) Intensificar as ações de prevenção, proteção e recuperação da saúde frente à pandemia da Covid-19, inclusive com testagem em massa da população, especialmente nos grupos de risco, e distribuição de kits com equipamentos de proteção individual (máscaras, álcool em gel, dentre outros) e informativos;
- b) Fortalecer e ampliar os programas de atenção ao idoso, com atendimento domiciliar àqueles em situação vulnerável e oferta de serviços e atendimentos médico-sociais, nas áreas de psicologia, fisioterapia, terapia ocupacional e outras atividades específicas para o público, da melhor idade, nas unidades de saúde;
- c) Realizar acompanhamento e visitas sistemáticas e periódicas nas unidades asilares, assim como massificar campanhas informativas com orientações específicas aos idosos e cuidadores.

Academias da Saúde

- a) Construir novos Polos de Academia de Saúde e modernizar os existentes, com construção de área coberta e a realização de atividades simultâneas e coletivas, garantindo conforto para o uso durante todo o dia, em qualquer período do ano;

Saúde Digital

- a) Implementar sistemas e ferramentas de tecnologia da informação e comunicação, alinhados à Rede Nacional de Dados em Saúde – RNDS, do Conecte SUS, para a melhoria dos fluxos de referência e a efetiva integração, regulação, monitoramento e avaliação dos serviços e das redes pública e privada;
- b) Garantir infraestrutura, equipamentos e acesso à internet, de qualidade, em todas as unidades básicas de saúde, e o intercâmbio de informações entre os diferentes pontos da rede;
- c) Implantar o Prontuário Eletrônico do Cidadão – PEC/e-SUS AB, plataforma gratuita disponibilizada pelo Ministério da Saúde, garantindo a sistematização, o armazenamento e o manuseio ético de informações administrativas e clínicas de pacientes, melhorando a qualidade e agilidade na atuação dos profissionais de saúde, que passarão a contar com banco de dados confiável dos pacientes;
- d) Integrar as bases de dados das unidades da rede de medicamentos, garantindo o maior controle de estoque, o adequado abastecimento das unidades de saúde e uma maior economicidade aos cofres públicos.

Auditoria Municipal do SUS

- a) Implantar o componente Municipal de Auditoria do Sistema Único de Saúde, como estratégia para o fortalecimento da gestão da saúde, avaliando a capacidade operacional e gerencial das unidades, melhor alocação e utilização dos recursos, além da consequente resolutividade e qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos;
- b) Gerar subsídios e informações estratégicas aos órgãos de governança do SUS na tomada de decisão e formulação de políticas públicas de saúde, avaliando a gestão de forma preventiva e operacional, considerando a aplicação dos recursos e respectivos resultados finalísticos alcançados, bem como a efetividade das ações para população;
- c) Fortalecer o Conselho Municipal, as entidades de Saúde e melhorar os sistemas de regulação e controle da gestão dessas unidades, garantindo a participação social na implementação e na avaliação das políticas de saúde, no âmbito do município de Rio Branco.

Saúde Preventiva

- a) Ampliar e fortalecer as ações de vigilância, com promoção, prevenção e controle de endemias, doenças e agravos;
- b) Fortalecer e ampliar os programas de saúde preventiva, massificando campanhas de vacinação, de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e de conscientização das ações de combate às endemias;
- c) Intensificar a inspeção, como medida preventiva em estabelecimentos de saúde, públicos e privados, comerciais e de

produção e circulação de bens de consumo, bem como as tecnologias que possam contribuir para amenizar os agravos à saúde da população do município;

- d) Modernizar o Serviço de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica do município, oferecendo exames nas áreas de bioquímica, parasitologia, hematologia, imunologia, sorologia, microbiologia e urinálise, garantindo que a coleta e a entrega de exames sejam realizadas na unidade de saúde mais próxima da residência do usuário. E os laudos e resultados dos exames serão disponibilizados *on line*, no âmbito do programa Saúde Digital;
- e) Implantar o Centro de Informação e Assistência Toxicológica e o Núcleo de Toxicologia Analítica, do Município de Rio Branco, com atendimento por telecomunicação, virtual e presencial, nos horário de funcionamento do Laboratório Municipal, com as informações toxicológicas e assistência às pessoas expostas ou intoxicadas por substâncias químicas, toxinas de animais peçonhentos e plantas tóxicas, auxiliando os profissionais de saúde a prestarem os primeiros socorros e a prescreverem o tratamento terapêutico adequado para cada tipo de substância tóxica.

Saúde do Trabalhador

- a) Disponibilizar serviço de atendimento para realização de programas voltados à saúde dos trabalhadores e servidores do município de Rio Branco;
- b) Fortalecer a área de Saúde e Segurança no Trabalho, ampliando as ações de proteção e prevenção de riscos e danos à saúde, por meio de políticas públicas e de ações que

minimizem doenças do trabalho, inclusive com consultas, serviços odontológicos, ginástica laboral, dentre outras atividades que protejam a vida e melhorem a saúde dos trabalhadores.

Pet Amigo

- a) Estruturar e modernizar o Departamento de Controle de Zoonoses, garantindo a presença de médico veterinário, proporcionando assistência e guarda aos animais recolhidos, preparando-os para a adoção;
- b) Criar um Programa de Adoção para os animais, com aplicativo digital para a exposição de imagens e características detalhadas dos animais, bem como dos requisitos para a adoção;
- c) Ampliar as ações no âmbito do castramóvel, com castração de animais de rua ou em situação de carência dos tutores, inclusive estabelecendo parcerias com as faculdades, para garantir que os serviços possam ser realizados por alunos dos cursos de veterinária, como parte do estágio obrigatório;
- d) Promover, em parceria com associações, ONGs, entidades de ajuda e clínicas veterinárias, campanhas de vacinação, de esterilização e educação, visando à conscientização acerca da necessidade dos cuidados de saúde animal e da posse responsável;
- e) Intensificar o programa de esterilização de cães e gatos junto às entidades sem fins lucrativos e pessoas comprovadamente carentes.

Assistência Farmacêutica

- a) Implementar e efetivar a utilização

- do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica, em todas as UBSs e USFs, do município, possibilitando a identificação, em tempo real, dos estoques nos estabelecimentos de saúde, que gerenciam medicamentos e insumos, rastreabilidade dos produtos distribuídos e dispensados, controle e monitoramento dos recursos financeiros investidos na aquisição e distribuição dos medicamentos, geração do arquivo de Autorizações de Procedimentos Ambulatoriais para repasse de recursos financeiros, agendamento das dispensações, identificação da demanda de atendimento e da origem das prescrições;
- b) Revisar e atualizar a relação de medicamentos da Atenção Básica, disponíveis na Relação Municipal de Medicamentos, inserir novas alternativas, como os fitoterápicos, assim como ampliar e diversificar a oferta de medicamentos à população, com base na série histórica/perfil epidemiológica do município;
- c) Modernizar a Central de Abastecimento Farmacêutica, de modo que esta seja compatível com as atividades desenvolvidas na assistência farmacêutica;
- d) Otimizar os processos de compra, distribuição e garantir o adequado fornecimento de medicamentos da Atenção Básica, previsto no Plano Municipal de Assistência Farmacêutica, que visa suprir as necessidades da população, diretamente nas unidades de saúde;
- e) Ampliar o serviço de entrega domiciliar de medicamentos especiais aos usuários do grupo de risco (acamados, idosos, hipertensos e aqueles com grave dificuldade de locomoção), devidamente cadastrados no programa.

Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência

- a) Implantar um Centro Especializado em Reabilitação – CER TIPO III, de Rio Branco, ofertando atenção ambulatorial especializada em reabilitação, com a realização de diagnóstico, tratamento, concessão, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva (aparelhos auditivos, óculos - órteses e próteses), em três modalidades de reabilitação (auditiva, física e visual);
- b) Prestar assistência especializada para pessoas com deficiência, tornando-se referência em habilitação/reabilitação para a rede de Atenção Primária à Saúde (APS), com atendimento realizado de forma articulada, com os outros pontos da Rede de Atenção à Saúde do município de Rio Branco, através do Projeto **Terapêutico Singular**, cuja construção envolverá a equipe, o usuário e a sua família;
- c) Viabilizar o CER, como polo de qualificação profissional no campo da reabilitação, por meio da educação permanente, com transportes adaptados;
- d) Viabilizar a implementação da oficina ortopédica móvel.

Sorria Rio Branco

- a) Modernizar o atendimento especializado em odontologia, com ações voltadas para o Centro de Especialidade Odontológica (CEO) e Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD);
- b) Ampliar a cobertura de procedimentos odontológicos especializados e reduzir a demanda reprimida do município, por meio dos dois novos Centros de Especialidade Odontológica (CEOs) Tipo II (4 cadeiras);

- c) Oferecer serviços de diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca, periodontia especializada, cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros, endodontia, atendimento a portadores de necessidades especiais, bem como nas especialidades de Estomatologia (prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças da boca) e Disfunção Temporomandibular (Dores no maxilar, dificuldade de mastigar e estalos ou travamentos das articulações da mandíbula);
- d) Garantir equipes e oferta dos serviços de odontologia em UBSs que possuem infraestrutura e equipamentos odontológicos subutilizados;
- e) Garantir oferta de serviços de próteses dentárias.

4.1.3 SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA

A investida do crime sobre a sociedade em todos os lugares, nos últimos anos, impõe, como previsto no Plano Nacional de Segurança Pública, a necessidade de atuação dos municípios no combate à violência, através de instrumentos que propiciem um sistema integrado de ações preventivas e repressivas, entre as quais destacam um novo pensar sobre suas políticas sociais e urbanísticas, buscando incorporar a dimensão da prevenção da violência, através de políticas integradas, em nível local, e da criação das Guardas Civis Municipais, Conselhos Comunitários de Segurança e de um Fundo Municipal de Segurança Pública.

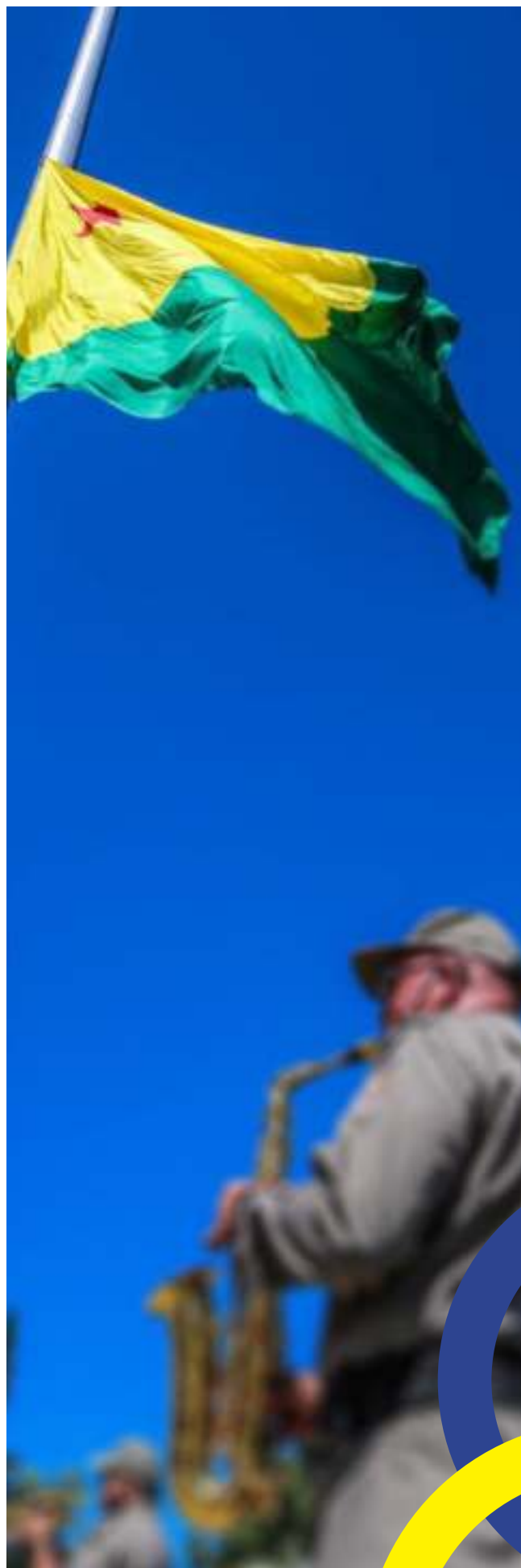
Neste sentido, em 11 de junho de 2018, o governo federal promulgou a Lei nº 13.675, que disciplina a organização e

funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública no país, incluindo em seus instrumentos, a atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade.

É inadmissível que o município não participe, de forma direta e objetiva, de questões e medidas para prevenir e combater o crime, ainda mais se considerarmos que, em 2017, Rio Branco figurou no Atlas da Violência, como o **19º município mais violento do país**, entre aqueles com mais de 100 mil habitantes. Vergonhoso, diga-se. Registre-se que, atualmente, o Estado do Acre, o Distrito Federal (em fase de tramitação legislativa) são as únicas unidades federativas que não possuem o modelo constitucional de Guarda Civil Municipal.

Nesse contexto, por considerar imprescindível a implantação de um Sistema de Segurança Pública, no município de Rio Branco, a seguir serão apresentadas algumas das ações e programas a serem implementadas, visando à efetiva melhoria dessa área crítica para o bem estar da população rio-branquense.

Com o objetivo de afirmarmo-nos no contexto de aprimoramento das condições globais da promoção de uma cidade com melhores índices de segurança, condição necessária para o bem comum, propomos:



Sistema Municipal de Segurança Pública

- a) Implantar o sistema de segurança pública municipal, responsável pelo planejamento, execução e gerenciamento das políticas públicas de proteção, de prevenção e redução da violência, perseguindo a redução dos índices de criminalidade a níveis suportáveis;
- b) Integrar, coordenar e supervisionar as ações da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, Chefia do Gabinete Militar, Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (RBTRANS) e Guarda Civil Municipal (a ser criada);
- c) Estabelecer as políticas, diretrizes e programas de segurança pública municipal e a relação com os órgãos de segurança pública estaduais e federais, visando à integração do planejamento e à execução das ações;
- d) Elaborar o Plano Municipal de Segurança, com ações de prevenção e controle de delitos, violência e criminalidade, integrando as diferentes instituições de segurança e de justiça, além de promover medidas de estímulo à convivência segura e cidadã;
- e) Assegurar as responsabilidades e as atribuições previstas na Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

Guarda Civil Municipal

- a) Criar a Guarda Municipal, com a realização de concurso público, garantindo policiamento administrativo ostensivo, preventivo, uniformizado e aparelhado nos próprios municipais, bem como na prevenção e redução da violência e criminalidade.

Centro Integrado de Comando e Controle

- a) Garantir a vigilância permanente do espaço público urbano da capital, por meio da utilização de um sistema de videomonitoramento, integrando as unidades do sistema municipal de segurança, prevenindo crimes e a violência, colaborando no controle do trânsito e na preservação e proteção dos prédios públicos;
- b) Aquisição de um sistema operacional com câmeras de alto alcance e definição, que serão instaladas cobrindo espaços públicos e pontos estratégicos de Rio Branco;
- c) Implantar a vigilância colaborativa, através de parceria com particulares (individual ou comercial) para a disponibilização das imagens, em tempo real, dos seus sistemas de câmeras, que serão integradas e compartilhadas com o CICC.

Conselhos Comunitários de Segurança

- a) Propor a criação de conselhos comunitários de segurança, com a participação direta da sociedade civil na construção das políticas, diretrizes e programas de segurança pública municipal;
- b) Estabelecer mecanismos nos quais a iniciativa privada, a população e o poder público possam discutir e pensar estratégias de enfrentamento dos problemas de segurança, tranquilidade e insalubridade da comunidade, a partir dos conceitos de polícia comunitária;
- c) Assegurar a efetivação plena das políticas públicas na área de segurança e na defesa social do município de Rio Branco.

Fundo Municipal de Segurança Pública

- a) Implementar o Fundo Municipal de

Segurança Pública como mais um instrumento de captação de recursos junto ao governo federal, por meio do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), para estruturação e aparelhamento da Guarda Civil e execução de projetos e ações de fortalecimento do sistema de Segurança Pública municipal.

Defesa Civil

- a) Elaborar e implementar o Plano Municipal de Defesa Civil, com o mapeamento das áreas de risco e as possibilidades de eventos e desastres;
- b) Reestruturação e ampliação da capacidade de respostas a eventos, capacitação, fortalecimento das equipes e aquisição de novos equipamentos;
- c) Intensificar as ações de prevenção e controle de queimadas e inundações, minimizando os danos e os prejuízos ao meio ambiente e à população.

Escola Segura

- a) Implementar um amplo programa de prevenção à violência e uso de drogas nas escolas, com a realização de palestras e encontros periódicos promovendo ações pedagógicas e desenvolvendo os valores morais e éticos dentro do espaço escolar e na família, baseados na cultura de paz, autoestima, resgate de valores, limites e convivência;
- b) Formar e capacitar guardas municipais como educadores sociais e fazerem o primeiro atendimento às situações de risco nas escolas municipais;
- c) Implantar a "Ronda Escolar", no âmbito da Guarda Municipal, com visitas diárias às escolas, prioritariamente aquelas

localizadas em regiões com maiores índices e vítimas de violência, garantindo que nossas crianças sejam bem cuidadas e seguras no ambiente escolar.

Trânsito Seguro

- a) Implementar um amplo programa de educação no trânsito, com crianças do ensino fundamental, colocando a escola como protagonista na ação educativa para o trânsito e um ambiente determinante na formação de uma nova cultura com cidadãos conscientes;
- b) Interligar ciclovias e criar as ciclofaixas aos finais de semana e feriados, conectando os principais parques e áreas de lazer da cidade e ampliar o calçamento e a sinalização, garantindo maior segurança aos ciclistas e pedestres;
- c) Intensificar as campanhas e as ações de educação para o trânsito, com atenção especial aos motociclistas, considerando que estes lideram as estatísticas de acidentes de trânsito.

4.1.4 INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social, bem como a Saúde e a Previdência Social, está prevista com status de política pública na Constituição Federal de 1988, no tripé da Seguridade Social, concebida enquanto um direito do cidadão e um dever do Estado, e deve ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição efetiva, objetivando a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, o amparo às crianças e aos adolescentes carentes.

Também está prevista a promoção

da integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e sua integração à vida comunitária. A garantia de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, impossibilitado de prover a própria manutenção, ou de tê-la provida por sua família, tudo isso assegurado em lei.

Entretanto, somente a partir da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) é que surgiu uma nova forma de discutir a questão da Assistência Social, em que a visão centrada na caridade e no favor começou a ser substituída por políticas mais efetivas e permanentes.

Rio Branco precisa, definitivamente, avançar nas políticas de inclusão social. Há uma tragédia social a ser enfrentada, resultado de muitos anos, seguidos de um modelo de desenvolvimento que só trouxe miséria.

Estarrece que, em Rio Branco, existem 44.516 famílias inseridas no Cadastro Único (CadÚnico), nada menos que 140.055 pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, o que representa 33,87% da população da nossa capital. São, aproximadamente, 25 mil pessoas que recebem o Bolsa Família em Rio Branco,

além de outros programas de transferência de renda do Governo Federal. Ou seja, existe um universo de, aproximadamente, 110 mil pessoas em Rio Branco, em situação de pobreza e extrema pobreza que, sequer, têm acesso aos programas de transferência de renda do governo federal. Por outro lado, a assistência social não pode ser implementada de forma paternalista, rotulando o usuário como mero “assistido/favorecido”. Para nós, ele é, integralmente, um cidadão, usuário de um serviço público a que tem direito.

É nessa visão, considerando a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), respeitando e garantindo os direitos desse público tão importante e carente e, considerando a assistência social como um mecanismo essencial de distribuição de todas as políticas, capaz de democratizar as diversas políticas sociais, que a área de inclusão social será tratada, em nossa gestão.

A seguir, apresentaremos algumas das principais ações e programas que serão desenvolvidos para o fortalecimento das Redes Socioassistencial e de Proteção Social Básica, objetivando a melhoria da assistência e inclusão social, em Rio Branco:



Rede Socioassistencial

- a) Implantar 02 novos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS - regionalizando o atendimento e aproximando os serviços ofertados à população em situação de vulnerabilidade social, intensificando as ações preventivas das ocorrências de situações de risco;
- b) Implantar 02 novos Centros de Referência Especializada de Assistência Social CREAs, ampliando e regionalizando o atendimento às vítimas e aos familiares;
- c) Fortalecer as Unidades de Acolhimento e demais unidades municipais e entidades socioassistenciais, que fazem parte do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, garantindo uma maior proteção social aos cidadãos;
- d) Fortalecer os programas de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), ampliando as ações de acolhimento para crianças, adolescentes e idosos, abandonados ou em estágio de abandono;
- e) Apoiar os Conselhos Tutelares, municipais e demais entidades da rede socioassistencial, inclusive entidades e organizações não governamentais e religiosas, reafirmando a importância de uma gestão compartilhada para o sucesso das políticas de inclusão social;
- f) Fortalecer as políticas socioassistenciais, a exemplo de benefícios de prestação continuada, benefícios eventuais e outros, garantindo que as famílias em situação especial e/ou de vulnerabilidade sejam devidamente atendidas;
- g) Implementar um Sistema de monitoramento e avaliação capaz de acompanhar as

ações, serviços e benefícios, bem como as condições sociais das famílias, inclusive com o apoio dos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Transferência de Renda e Inclusão Social

- a) Fortalecer a gestão dos programas de transferência de renda e outros serviços sociais, ampliando e capacitando as equipes de assistência social e, por conseguinte, garantindo a infraestrutura e logística adequada na prestação dos serviços à população;
- b) Intensificar a busca ativa de famílias em situação de pobreza extrema, bem como a atualização do CadÚnico, para garantir acesso aos programas de assistência.

Renascer

- a) Implantar 01 Centro Municipal de Tratamento de Dependências Químicas exclusivo para mulheres, garantindo apoio para a conscientização, a psicoterapia, a terapia ocupacional, as recreações, as orientações sobre a maternidade e o suporte às famílias;
- b) Fortalecer e ampliar as ações de identificação, encaminhamento, atendimento inicial e recuperação de pessoas envolvidas com álcool e drogas e programas de proteção do cidadão e prevenção ao uso de drogas, em parceria com igrejas e entidades filantrópicas que atuam no tratamento e na recuperação de dependentes químicos;
- c) Ampliação de equipes multidisciplinares (médicos, psicólogos, pedagogos, psicanalistas e assistentes sociais) e qualificadas especificamente para

trabalharemos em forma de redes de atendimento por meio dos Postos de Saúde e agentes comunitários de saúde, Programa Saúde da Família e Centros de Atenção Psicossocial (CAPs).

Mulher Segura

- a) Intensificar e ampliar as ações de combate à violência contra a mulher, garantindo a assistência jurídica, psicológica e social às mulheres ameaçadas ou vítimas de violência;
- b) Implementar um amplo programa, com campanhas informativas sobre direitos, planejamento familiar, prevenção de doenças, acesso a serviços públicos e prevenção da gravidez precoce na adolescência, inclusive com ações educativas nas escolas e núcleos de assistência social.

Voz Amiga

- a) Garantir o atendimento psicológico virtual a indivíduos que necessitem de apoio imediato, que poderá ser encaminhado ao CRAS para a continuidade do atendimento junto à rede socioassistencial.

Varandas de Convivência

- b) Reformar, revitalizar e modernizar as praças, parques e outros espaços públicos de convivência, com a implantação e adequações de *playgrounds*, equipamentos esportivos e espaços multifuncionais, além de ofertar internet *wifi* grátis, criando núcleos de entretenimento e inclusão social para crianças, jovens, adultos e idosos.

Restaurante Popular

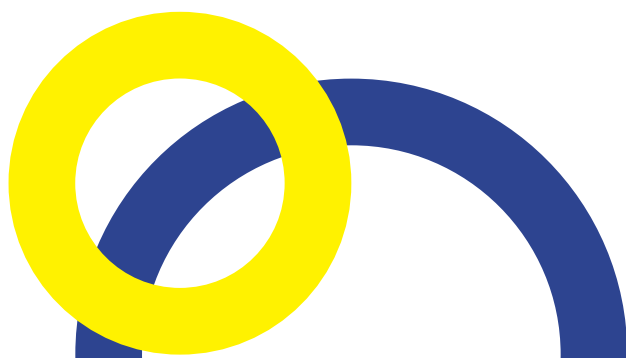
- a) Otimizar a gestão do Restaurante Popular da Regional da Baixada, que

além das refeições, serão realizados em parcerias com os cursos de nutrição das faculdades, cursos, oficinas e palestras para a comunidade, sobre orçamento familiar, culinária, alimentação saudável, higiene, armazenamento, conservação e aproveitamento integral dos alimentos;

- b) Construir 01 novo Restaurante Popular na região do segundo distrito de Rio Branco, ampliando as ações de segurança alimentar, especialmente para população de baixa renda.

Cesta Nutricional

- a) Implementar o programa Cesta Nutricional às gestantes em situação de extrema pobreza que realizarem o pré-natal nas Unidades de Saúde do Município e manterem seu cartão da vacina e o da criança atualizado, suprimindo as necessidades básicas de segurança alimentar da mãe e do bebê, da gestação até o período de 06 (seis) meses após o nascimento;
- b) Promover o treinamento e a capacitação das Equipes de Saúde da Família para o desenvolvimento de atividades específicas na área de alimentação e nutrição;
- c) Implementar campanhas e ações de promoção para abastecimento de Bancos de Leite materno, aleitamento materno e alimentação complementar saudável para crianças menores de dois anos.





Economia e Empreendedorismo



4.2 ECONOMIA E EMPREENDEDORISMO

A Rio Branco do futuro, impulsionada por um ambiente favorável correspondente ao revigoramento de suas potencialidades econômicas, negligenciadas ao longo do tempo, exige da próxima gestão pública municipal uma atenção focada em estimular o agronegócio, a indústria, o comércio e o setor de serviços, sem perder de vista as condições remanescentes do firme enfrentamento da pandemia do coronavírus.

O empreendedorismo é um fator fundamental para o desenvolvimento de qualquer cidade. Contudo, Rio Branco ainda carece de políticas públicas efetivas para proporcionar um ecossistema que fomente a criação e o desenvolvimento de negócios, inclusive o surgimento de empresas inovadoras e sustentáveis.

Dados do Sebrae comprovam que os pequenos negócios representam 98% das empresas do país, são responsáveis por 54% dos empregos formais, 30% de toda a riqueza nacional e estão presentes em 100% dos municípios brasileiros, constituindo-se como força motora da economia nacional e local.

É preciso levar a sério esse segmento. O poder público precisa apoiar e fortalecer o empreendedorismo como estratégia principal para retomada do crescimento, especialmente no cenário pós-pandemia, revelando talentos potenciais e gerando renda, emprego, prosperidade e, ainda, aumentando a arrecadação sem aumentar impostos.

Uma cidade que alia boas políticas de governo e promove o empreendedorismo, com excelentes universidades e uma cultura empreendedora, certamente terá muito mais desenvolvimento e geração de emprego e

renda. Por isso, nossa gestão deve estimular e fomentar ações para que o município seja, cada vez mais, inovador.

Dispondo de capital humano, o que efetivamente existe, o ponto de partida é identificar e apoiar iniciativas empreendedoras e negócios existentes, estimulando a criação de áreas comerciais nos bairros, fomentando a criação de novos empreendimentos, inclusive da economia solidária.

Dados do Acre revelam que, em 2013, a administração pública participava com 30,3% na economia rio-branquense, enquanto setores como indústria (19,40%) e agropecuária (2,8%), representaram juntas apenas 22,20%. Ao analisar os dados do IBGE, de 2017, os números são ainda mais estaremcedores, com a participação da administração pública aumentando para 33,4%, e a indústria caindo para 10,3%, comprovando a ineficiência do poder público municipal em fomentar o desenvolvimento socioeconômico de Rio Branco.

É preciso fomentar e apoiar a economia local, garantindo o abastecimento interno e ampliando as exportações. É preciso desburocratizar o setor público, despertando, fortalecendo e potencializando o espírito empreendedor.

Há, ainda, que considerar o alto nível de importância da questão ambiental, que se insere, transversalmente, em todas as atividades do poder público e, embora tenha frequentado com força o discurso que governou a cidade nas últimas décadas, deixou questões críticas que não podem continuar em aberto.

Temos, hoje, em condições deploráveis,

os principais sistemas de drenagem da cidade, sem contar com o baixíssimo e inaceitável índice de arborização, que faz, da capital do Acre, uma das mais quentes e insalubres do Brasil.

Merece atenção particular o setor do agronegócio que, embora tenha baixa participação no PIB municipal, dá emprego a milhares de pessoas e ofertam, à cidade, o

alimento que se põe à mesa. Os produtores rurais não podem continuar sendo tratados, no âmbito municipal, com tamanha desatenção.

Nesse sentido, apresentamos algumas das principais ações e programas que serão implementadas, no sentido de fomentar uma cidade cada vez mais produtiva e empreendedora.



4.2.1 NEGÓCIOS E INOVAÇÃO

Pronegócio

- a) Implementar o programa de **microcrédito produtivo**, inicialmente com 3 linhas prioritárias de financiamento: i) Apoio à abertura de novos empreendimentos formais e/ou informais; ii) Estruturação e ampliação de empreendimentos informais da economia; iii) Fortalecimento dos microempreendedores individuais (MEI) formais;
- b) Financiar a aquisição de bens e equipamentos, marketing, pequenas reformas e capital de giro para microempreendedores, impulsionando e fomentando a consolidação e o crescimento de seus pequenos negócios e a manutenção de suas fontes de renda e sustento familiar;
- c) Mapear, avaliar e oferecer qualificação e suporte técnico aos microempreendedores, garantindo a elaboração e/ou melhoria de planos de negócios, com novas soluções lucrativas e alternativas para consolidar e alavancar o crescimento dos seus negócios, inclusive preparando-os para acessar e utilizar, adequadamente, o microcrédito;
- d) Fomentar e potencializar núcleos de negócios nos próprios bairros, onde já existem empreendimentos e relações de comércio estabelecidas, com base em estudos do potencial de cada microrregional, inclusive com assessoria, capacitação e garantia do arcabouço legal (licenciamento, alvará, etc).

Empreender

- a) Estimular, apoiar e facilitar a formalização de empreendimentos e de

Microempreendedores Individuais;

- b) Reduzir o tempo de abertura de empresas com a simplificação de processos e o licenciamento on line;
- c) Intensificar as ações de fomento, apoio e orientação aos empresários por meio da criação da Central de Atendimento ao Empreendedor de Rio Branco;
- d) Articular parcerias com organizações financeiras e orientar os empreendedores sobre acesso a linhas de crédito e garantias;
- e) Implementar o Programa de Compras Governamentais, preparando e fortalecendo a participação de empreendedores locais na aquisição de produtos e serviços do município;
- f) Estimular a participação das empresas do município no programa Menor Aprendiz e a oferta de estágios;
- g) Realizar parcerias com o Sistema S, instituições de ensino e empresas privadas para promoção de cursos de qualificação profissional;
- h) Implementar programas de requalificação de trabalhadores para adaptação a novas tecnologias e oportunidades.

Start Rio Branco

- a) Promover e apoiar a realização de hackathons (maratonas de programação com premiação aos vencedores) direcionados para desenvolver soluções tecnológicas criativas e inovadoras para resolver os principais problemas da gestão pública municipal, especialmente nas áreas de gestão, saúde, educação, segurança, mobilidade urbana e negócios, possibilitando a participação dos cidadãos usuários dos serviços públicos na construção de soluções efetivas para os

problemas da cidade;

- b) Apoiar a incubação de negócios e iniciativas inovadoras a partir dos hackathons, potencializando o surgimento de ambientes criativos e favoráveis ao desenvolvimento, implantação e aplicação prática de soluções para os problemas mais urgentes da cidade e da gestão municipal, melhorando o atendimento e as ofertas de serviços ao cidadão.

4.2.2 DESONERAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO

Desonera Rio Branco

- a) Avaliar a viabilidade de implementar a alíquota progressiva do IPTU (atualmente é de 0,5% sobre imóveis residenciais e 2% sobre os não residenciais), onde imóveis com menor valor e/ou situados em regiões de incentivo poderão ter alíquota reduzida;
 - b) Avaliar a viabilidade de redução de ITBI para imóveis cujo valor venal não ultrapasse R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), além das operações de compra do primeiro imóvel residencial, com valor inferior a R\$ 150.000,00;
 - c) Avaliar a viabilidade de isenção de ITBI, quando o imóvel for para a construção de empreendimento industrial e outros empreendimentos produtivos e comerciais;
 - d) Avaliar a viabilidade de isenção de IPTU a estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que tenham permanecido fechados, em função da pandemia do coronavírus, proporcional ao período de suspensão das atividades.
- objetivando maior agilidade na emissão de alvará sanitário, alvará de funcionamento e a garantia de liberar a emissão de nota fiscal eletrônica juntamente com alvará de funcionamento;
 - b) Reformular o contencioso administrativo fiscal com procedimento disponibilizado, também de forma digital, onde o contribuinte poderá ter acesso ao processo de forma mais transparente e célere;
 - c) Revisar a lista de exigência para a regularização e a abertura de pequenas empresas, onde o microempreendedor individual terá, como única exigência, a acessibilidade para garantir o funcionamento, em sua residência;
 - d) Garantir o alvará provisório de funcionamento, autorizando a operação de atividades econômicas de baixo risco ao meio ambiente, à saúde e à segurança do cidadão, mediante termo de cumprimento das normas legais;
 - e) Modernizar as plataformas digitais ampliando os serviços on line para a emissão de taxas, alvarás, certidões negativas e positivas, guias (IPTU, ISS, etc), dentre outros, garantindo mais agilidade e economia ao cidadão;
 - f) Prorrogar a validade de alvarás de aprovação e execução de obras já emitidos e válidos, bem como para alvarás concedidos no segundo semestre de 2020, pelo mesmo período em que permaneceram paralisadas, em decorrência da pandemia da covid-19.

Desburocratiza Rio Branco

- a) Revisar o Código Tributário Municipal

4.2.3 PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO

Oca do Produtor

- a) Transformar a Ceasa na Organização Central de Abastecimento e Atendimento ao Produtor, criando um espaço permanente de apoio ao setor agropecuário de Rio Branco;
- b) Instalar balcões de atendimento permanente, com corpo técnico capacitado para oferecer serviços, como emissão de guias e outros documentos relacionados à propriedade e ao produtor, além de orientações e apoio para acesso a crédito bancário convencional e ao microcrédito produtivo a ser oferecido pela Prefeitura;
- c) Implantar espaços para reuniões, palestras, capacitações dos produtores rurais e rodadas de negócios, além de um auditório para a realização de eventos para o desenvolvimento do agronegócio e da agricultura familiar;
- d) Ampliar e reestruturar a praça de alimentação, modernizando o espaço e criando mais um atrativo turístico, com restaurantes e lanches especializados na culinária regional, garantindo suporte aos visitantes e públicos dos eventos temáticos a serem promovidos no complexo;
- e) Disponibilizar e gerenciar plataforma digital gratuita para a comercialização de produtos, conectando produtores e consumidores (varejistas e atacadistas), inclusive com sistema delivery, com catálogo de compradores, fornecedores e o detalhamento de seus respectivos produtos (especificações, quantidade e preços), facilitando a logística e, assim, reduzindo os riscos de perdas pós-colheita

para o produtor.

Mercados Municipais e Feiras Livres

- a) Modernizar e revitalizar os mercados municipais, com permanentes investimentos na manutenção e em reformas que garantam as condições adequadas aos feirantes e aos visitantes, criando mais alternativas para a comercialização de produtos da cultura e culinária regional;
- b) Implantar novas feiras permanentes, descentralizando a oferta e a comercialização de produtos agrícolas, especialmente hortifrutigranjeiros, em todas as regionais administrativas de Rio Branco;
- c) Fortalecer os programas de feiras solidárias (culinária, artesanatos, floricultura, confecções e outras atividades da economia, criativas e inovadoras), estimulando o surgimento natural de ambientes saudáveis e propícios para pequenos negócios;
- d) Desenvolver a plataforma digital gratuita para a realização de "feiras virtuais", criando um cadastro dos feirantes e seus respectivos produtos, que poderão ser comercializados, também, no sistema de delivery.

Produção Familiar

- a) Realizar o micro zoneamento de áreas estratégicas para a produção, especialmente de hortifrutigranjeiro, com foco para as áreas do cinturão verde da cidade, permitindo a elaboração de um plano de desenvolvimento do setor produtivo a partir de vocações e potencialidades locais, otimizando a alocação de investimentos e serviços;

- b) Garantir assistência técnica e investimentos em mecanização, melhoria de ramais, logística de escoamento e comercialização da produção, especialmente dos polos agroflorestais e unidades produtivas do cinturão verde de Rio Branco;
- c) Garantir a manutenção e melhoria de ramais, definindo prioridades conjuntamente com as Associações de Produtores Rurais e Polos Agroflorestais, garantindo trafegabilidade de inverno a verão, especialmente no cinturão verde e ramais tronco, que concentram maior produção, vilas e núcleos de serviços públicos;
- d) Ampliar a aquisição de produtos da agricultura familiar para serem utilizados na merenda escolar, abrigos e unidades similares, garantindo renda para pequenos produtores da agricultura familiar.

4.2.4 MEIO AMBIENTE E TURISMO

Despoluição e Revitalização do Igarapé São Francisco

- a) Implementar o maior projeto de despoluição e revitalização do igarapé São Francisco e afluentes, com obras urbanísticas estruturantes, incluindo a construção de estações de tratamento de esgoto, recuperação da mata ciliar, construção de pontes para pedestres e infraestrutura urbanística, atividades de educação ambiental e monitoramento.

Gestão e Educação Ambiental

- a) Implementar o maior programa de arborização da cidade, com espécies diversas pertencentes à flora regional, criando um microclima urbano mais

agradável e iniciando a caminhada para transformar Rio Branco na capital mais arborizada do Brasil;

- b) Intensificar as ações permanentes de desobstrução e limpeza dos igarapés e córregos, garantindo condições de escoamento de águas pluviais e, por conseguinte, melhorando os serviços ambientais à sociedade;
- c) Realizar campanhas educativas em rádio, televisão e internet, palestras nas escolas e demais ambientes públicos, sobre o uso adequado dos resíduos sólidos e o respeito ao meio ambiente;
- d) Perseguir o cumprimento de todas as recomendações legais concernentes aos resíduos sólidos, transformando Rio Branco em um município modelo, com exemplo prático, e não apenas simbólico.

Cidade Agradável

- e) Implantar um amplo programa de paisagismo e arborização de canteiros centrais, calçadas de ruas e avenidas, bem como praças, parques e espaços públicos;
- f) Criar o Programa Adote uma Árvore, com doação de mudas para arborização de conjuntos habitacionais, residenciais, lotes, terrenos e quintais urbanos.

Plano Municipal do Turismo de Rio Branco

- a) Elaborar o Plano Municipal de Turismo, através de consulta aos vários setores ligados à atividade, destacando cada um, com suas características e público potencial;
- b) Promover o turismo religioso, em toda sua diversidade, dando oportunidade para que Rio Branco seja centro para encontros e convenções periódicas, atraindo turistas e

- visitantes de todo o mundo;
- c) Potencializar, a partir do desenvolvimento do agronegócio, a feira agropecuária, inserindo-a no roteiro de shows e negócios ligados ao campo;
 - d) Preparar e apresentar a cidade ao circuito nacional de eventos científicos e de negócios, a partir de calendário compatível a outros eventos regionais.





Gestão Sistêmica e Inteligente



4.3 GESTÃO SISTÊMICA E INTELIGENTE

Uma gestão eficiente se faz com uma boa equipe, com servidores experientes e qualificados lotados em cargos estratégicos, de acordo com o perfil profissional, onde cada uma das partes produz resultados para o sucesso do todo, e não de forma isolada. Assim será a nossa forma de governar, com quadro técnico, qualificado e dedicado a servir a população.

É preciso reorganizar as estruturas e os modelos organizacionais, evitando a sobreposição de atribuições e desperdício de força de trabalho e recursos, imprimindo celeridade e melhorando a qualidade dos gastos públicos e dos serviços ofertados à população.

É preciso, ainda, desburocratizar e agilizar todos os processos, aproveitando ao máximo as novas tecnologias existentes, inovando no sentido de garantir mais transparência e, assim, diminuir o tempo que as pessoas dedicam para receber, do poder público, os serviços a que têm direito.

Explorar, ilimitadamente, o uso de plataformas digitais e sistemáticas de avaliação de desempenho, de modo que o cidadão possa avaliar a qualidade dos serviços prestados e obras, inclusive atribuindo notas do nível de satisfação junto aos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal.

Por isso, ampliaremos os canais de atendimento direto de serviços *online* fornecidos à sociedade, por intermédio do portal da prefeitura. Isto facilitará enormemente a vida de empresários, servidores, turistas, escritórios de contabilidade e demais prestadores de serviços e da população

em geral, na emissão de certidões, guias de recolhimento, consultas, notas fiscais, agendas de eventos e festivais, dentre outros.

É necessário assegurar uma gestão efetivamente transparente, disponibilizando, detalhadamente, e em linguagem de fácil entendimento popular, todas as receitas, despesas, contratos e licitações e, principalmente, a situação da execução dos programas, projetos e ações prioritários da Prefeitura.

A PMRB administra um orçamento anual de, aproximadamente, R\$ 1.030.152.281,00 milhões, aprovado na LOA, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Rio Branco para o exercício de 2020.

Esse orçamento é executado no âmbito dos 22 órgãos centrais, nos quais estão distribuídos, aproximadamente, 5.585 servidores efetivos. Vale destacar que são mais 570 cargos comissionados de livre nomeação, que custam aos cofres públicos, cerca de R\$ 32 milhões ao ano.

O total de recursos para investimentos, essencial para execução de obras de infraestrutura, é inferior a 10% do total do orçamento anual do município. Gasta-se muito, e gasta-se mal.

Nesse contexto, apresentamos algumas das ações e programas a serem implementados visando à efetiva melhoria da gestão da Prefeitura de Rio Branco:

4.3.1 REFORMA ADMINISTRATIVA

Gestão por Resultados

- a) Implementar o modelo de gestão por competência e resultado, instituindo o

- Acordo de Resultado como instrumento formal de compromisso pactuado com gestores, estabelecendo as metas anuais para suas respectivas pastas;
- b) Garantir alinhamento estratégico entre os diferentes órgãos setoriais, rapidez aos processos administrativos, aumento da capacidade de execução de investimentos, melhoria do equilíbrio fiscal e da qualidade do gasto público e, principalmente, dos serviços ofertados à população;
 - c) Estabelecer critérios de nomeação de cargos comissionados e funções gratificadas, conforme perfil técnico profissional.

Reestruturação Administrativa

- a) Reordenar as estruturas organizacionais, integrando setores afins e colaborativos, eliminando a sobreposição de funções, transformando e criando novos órgãos, sem aumentar o gasto com comissionados;
- b) Criar a Secretaria Municipal de Segurança Pública, com a integração da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, Chefia do Gabinete Militar, Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (RBTRANS) e Guarda Civil Municipal (a ser criada);
- c) Criar a Secretaria Municipal da Economia e Empreendedorismo, órgão responsável pela formulação e implementação de políticas e ações de fomento ao desenvolvimento do agronegócio, da indústria, comércio e serviços, garantindo o fortalecimento da economia local com geração de trabalho, emprego e renda, essenciais no cenário pós-pandemia;
- d) Realizar o cadastramento presencial de servidores de cargos efetivo, comissionado e temporário, possibilitando a lotação

conforme o perfil e as demandas de cada órgão setorial;

- e) Realizar auditoria no sistema de folha, reduzindo os riscos de desconformidade nos atos e procedimentos, a fim de garantir o cumprimento da legislação vigente e das normas do eSocial, otimizando a gestão de pessoas e da folha de pagamento;
- f) Fortalecer a Controladoria e melhorar o monitoramento, a fiscalização e o controle de todos os procedimentos de execução física e financeira, desde o processo licitatório, inclusive da conduta de agentes públicos;
- g) Ampliar os mecanismos e plataformas on line de transparência da execução dos gastos e dos serviços públicos.

4.3.2 GESTÃO EFICIENTE E PARTICIPATIVA

Planejamento Participativo

- a) Criar e implementar o **Comitê Municipal de Desenvolvimento**, composto por representantes dos setores público, privado e comunitário, incluindo as federações das indústrias, comércio, serviços, agronegócio, Sistema S, Universidades e representações sociais e comunitárias, dentre outros, garantindo a efetiva participação permanente de segmentos sociais fundamentais na construção de planos estratégicos e programas estruturantes, bem como na definição de investimentos prioritários para o desenvolvimento local.

Orçamento Impositivo

- b) Implementar o **planejamento participativo** com **orçamento impositivo** para programas, projetos

e ações estratégicas, democratizando e promovendo a participação da população na definição de prioridades e garantindo a alocação dos recursos;

c) **Dobrar a capacidade de investimentos** do Orçamento municipal de 2020, com o apoio da bancada federal na captação de recursos junto ao governo federal, garantindo a execução de um pacote de obras em todas as regionais, aquecendo a economia e a geração de emprego e renda.

Gestão Fiscal

- a) Aperfeiçoar o sistema público de gestão fiscal e tributária aumentando a eficiência da arrecadação, desburocratizando processos e gerando incentivos ao pagamento de tributos;
- b) Aquisição de equipamentos, modernização e customização dos sistemas de monitoramento e controle do crédito fiscal;
- c) Melhorar a governança e a eficiência no planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados, bem como o processo de mitigação dos riscos fiscais;
- d) Melhorar a gestão tributária e do contencioso fiscal, aumentando a arrecadação das receitas próprias, reduzindo o tempo para cumprimento das obrigações tributárias, possibilitando celeridade na tramitação do processo administrativo fiscal e a recuperação da dívida ativa;
- e) Reformular o Programa "**Nota Premiada**", triplicando o montante de recursos alocado para premiações (saltando de R\$ 50.000,00 para R\$ 150.000,00), proporcionando aos cidadãos que solicitarem a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, identificada com CPF, possam participar de sorteios semanais com premiações em dinheiro;

- f) Avaliar a viabilidade de criação de mecanismos legais de premiação em crédito que possam ser utilizados no abatimento do IPTU, bem como promover campanhas para reforçar a responsabilidade social das empresas.

Gestão e Governança Estratégica

- a) Elaborar o Plano Estratégico do Governo e o portfólio de programas e de projetos prioritários que deverão ser executados durante a gestão;
- b) Criar o Núcleo de inteligência multisetorial, responsável pelo alinhamento, direcionamento, monitoramento e avaliação das ações e metas setoriais pactuadas nos Acordos de Resultado, em conformidade com as prioridades definidas no âmbito do Comitê Municipal de Desenvolvimento;
- c) Implementar o Plano de Desenvolvimento de Gestores, promovendo a capacitação e evolução contínua de conhecimentos, habilidades e atitudes para planejar, organizar, dirigir e agir no exercício de cargos de direção estratégica, com ênfase sobre visão de gestão sistêmica e integrada, inovação, governo digital, condução de negociações e empreendedorismo aplicado a políticas públicas, potencializando o aumento do desempenho e resultados dos gestores.

Melhoria do Gasto Público

- a) Revisar todos os contratos e procedimentos licitatórios, avaliando a viabilidade de redimensionamento conforme a demanda real de cada órgão, objetivando reduzir os custos e eliminar gastos desnecessários de recursos;
- b) Elaborar o Plano Municipal de Aquisições a

partir das demandas dos órgãos setoriais e, em conformidade com a disponibilidade orçamentária, que deverá ser revisado e atualizado periodicamente;

- c) Centralizar e fortalecer o setor de licitações, ampliando o quadro técnico e formar comissões especializadas por áreas setorial e por tipo de aquisição (equipamentos, obras, serviços terceirizados, etc);
- d) Criar um catálogo com relação de equipamentos, produtos e serviços, com especificações adequadas e dimensionamento real da demanda de cada órgão, eliminando desperdícios com contratações desnecessárias, riscos de disparidades de preços e baixa qualidade nas aquisições, garantindo celeridade, economicidade e melhoria dos gastos públicos, com a contratação de propostas efetivamente mais vantajosas para a administração;
- e) Estabelecer um calendário de compras, com base no Plano Municipal de Aquisições, que deve ser elaborado a partir das demandas dos órgãos setoriais e, por conseguinte, em conformidade com a disponibilidade orçamentária;
- f) Garantir celeridade no fluxo de pagamento de fornecedores de produtos e serviços, criando a “**Data Boa**” para pagamentos, que serão efetivados, no máximo, até 15 dias úteis após o recebimento das certidões e demais documentos comprobatórios exigidos nos contratos.

Escritório de Projetos

- a) Implantar um núcleo técnico especializado na elaboração de projetos, elaborando um portfólio de programas e projetos multisetoriais estratégicos e integrados,

garantindo maior eficiência e celeridade no processo de captação de recursos, em parceria com a bancada federal e, principalmente, ampliando a capacidade de investimentos da Prefeitura;

- b) Disponibilizar a carteira de projetos prioritários à bancada federal do Acre (Senadores e Deputados Federais), subsidiando os parlamentares com opções viáveis para alocação dos recursos de suas emendas individuais e de bancada (ambas impositivas), garantindo os investimentos necessários para execução dos projetos;
- c) Implantar um escritório de gerenciamento de projetos e convênios, garantindo que as obras e serviços estratégicos sejam executados conforme especificações técnicas e cronograma físico financeiro definido no escopo contrato, evitando atrasos e consequentes aditivos e reajustes de valor e gastos desnecessários com a manutenção precoce decorrente de baixa qualidade dos serviços;
- d) Implementar plataformas de gerenciamento de contratos e convênios, intensificando o monitoramento intensivo e evitando inadimplências e devolução de recursos decorrentes de falhas na execução e prestação de contas de convênios e contratos.

Valorização e respeito aos Servidores

- a) Revisar Planos de Cargos, Carreiras e Salários, com a ampla participação das categorias, corrigindo inconsistências nas suas remunerações, criando uma política consistente de valorização e respeito aos servidores públicos (efetivos, temporários e terceirizados), essenciais, para a implementação das ações e da oferta de

serviços públicos com mais qualidade;

- b) Garantir a previsão legal de que, no mínimo, 30% dos cargos comissionados sejam ocupados por servidores de carreira, os quais serão lotados em áreas estritamente técnicas, conforme o perfil profissional;
- c) Estabelecer convênio com a Escola Virtual de Governo ENAP, do Governo Federal, implementando o maior programa de atualização, treinamento, qualificação e formação continuada de servidores, desenvolvendo competências e melhorando os parâmetros de eficiência e resultados da gestão e da qualidade dos serviços prestados à comunidade;
- d) Criar, através de concurso público, a carreira de Gestor de Políticas Públicas do município de Rio Branco, fortalecendo o quadro efetivo com equipes técnicas que serão alocadas em áreas finalísticas estratégicas, melhorando os serviços prestados à população;
- e) Realizar concursos públicos para as áreas de educação, segurança, saúde e gestão, dentre outras, com número de vagas definido a partir necessidade real para viabilizar a implementação de novos programas multisetoriais estratégicos e, principalmente, garantindo o cumprimento dos limites legais de gastos com pessoal.

Jovem Experiente

- a) Dobrar o número de vagas para estagiários, oportunizando a capacitação em serviço e, principalmente, o reforço de capital humano qualificado e essencial para a implementação de ações em todas as áreas da gestão municipal;
- b) Garantir aos jovens a comprovação de experiência profissional, novas habilidades

e rotinas exigidas pelo mercado de trabalho.

OCA Digital

- a) Modernizar e reaparelhar a infraestrutura e setores de Tecnologia da Informação e Comunicação da Prefeitura de Rio Branco, interligando e conectando todos os órgãos e unidades;
- b) Ampliar a escalabilidade e a oferta de serviços públicos digitais em todos os dispositivos, plataformas, aplicativos de mensagens e no portal da prefeitura, simplificando e aproximando as pessoas da gestão municipal;
- c) Estabelecer convênios com o governo federal, a exemplo do programa Governo Digital, e com outros entes públicos, para a cessão de plataformas digitais gratuitas, garantindo rapidez e baixos custos na implementação de soluções inovadoras para desafios diários da gestão pública municipal;
- d) Implantar, em todas as plataformas digitais gerenciadas pela Prefeitura, links com formulários para que o cidadão possa realizar denúncias sobre os problemas e irregularidades na prestação dos serviços, solicitar e agendar atendimento e serviços, sugerir melhorias e avaliar a qualidade do atendimento e dos serviços prestados pela prefeitura;
- e) Implantar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), cedido gratuitamente à administração pública, em 100% dos órgãos da administração direta da Prefeitura de Rio Branco, garantindo agilidade, economicidade e transparência na gestão de documentos e processos eletrônicos;

- f) Implementar o Cadastro Unificado do Cidadão, integrando uma base de consulta confiável para os órgãos da administração municipal, desonerando o cidadão de prestar informações idênticas a cada atendimento, inclusive dispensando a necessidade de apresentação de determinados documentos físicos com dados que a própria prefeitura já possui;
- g) Realizar ampla reestruturação do Portal da Transparência, possibilitando que a população possa monitorar as ações e cobrar resultados, especialmente com relação aos investimentos realizados, prazos de execução e qualidade dos serviços e obras;
- h) Implementar o programa TaxiGov, em parceria com taxistas, moto taxistas, Ubers e Apps de transporte locais, para transporte de servidores públicos em visitas técnicas, entrega de ofícios e documentos, entrega de medicamentos para pacientes com problema de mobilidade, entre outras demandas, garantindo economia com aquisição e locação/aluguel de veículos, combustível e manutenção em geral da frota.





Infraestrutura e Mobilidade Urbana



4.4 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

Com uma taxa de urbanização de, aproximadamente, 92% e uma frota de, aproximadamente, 180 mil veículos, os temas mobilidade e infraestrutura se tornam cada vez mais essenciais para o desenvolvimento de Rio Branco. Como agravante, temos o próprio processo de formação natural da cidade, que estabeleceu a interligação de bairros, através de vias desordenadas, determinando um fluxo de transporte de difícil solução.

Preferencialmente, propugna-se, internacionalmente, pela diminuição do número de veículos circulando, o que facilita o tráfego e, paralelamente, contribui para a redução do aquecimento global, à medida que reduz o consumo de combustíveis fósseis.

Os dois temas, intrincados que são, exigem inserção prioritária no Plano de Desenvolvimento Urbano, que é obrigatório desde a edição da Lei 12.587, de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, e impõe desafios ao planejamento do transporte nas cidades brasileiras.

Considerando-se que a população da cidade de Rio Branco é, hoje, estimada pelo IBGE em 413.418 habitantes, representando cerca de 46% de toda a população do Estado do Acre, impondo soluções que, ao mesmo tempo, sejam modernas, confortáveis e adequadas, mas também que atendam com rapidez e abrangência toda a cidade, não é possível continuar meramente a observar o sofrimento dos usuários dos transportes coletivos. Há muito a se fazer.

De outra parte, com o surgimento dos aplicativos de transporte de pessoas, muito do transporte propriamente foi facilitado,

porém, ainda é escasso o cuidado com esses profissionais que, estimados em 5.000, constituem um segmento que merece atenção do poder público municipal.

Além da necessidade de concluir a revisão do Plano Diretor, do PMU e dos demais instrumentos de ordenamento e gestão do espaço urbano, é importante também considerar, nas futuras obras e investimentos de ampliação e melhoria dos corredores de tráfego, levando em consideração toda a diversidade dos veículos de transportes e, considerando, ainda, os importantes investimentos privados realizados, a exemplo de faculdades, shopping e residenciais, que impactam, diretamente, no aumento do fluxo de transportes direcionados para algumas regiões da cidade.

O crescimento da frota de veículos da capital é outro fator agravante, saltando de 118.116 veículos, em 2011, para aproximadamente 180.000, em 2020, sendo que quase a metade da frota é de motocicletas, que lidera o ranking de acidentes. Assim, é cada vez mais urgente revisar as projeções de volume de tráfego, avaliando as alternativas para a duplicação de vias estruturantes e a criação de rotas alternativas e exclusivas para os transportes coletivos, especialmente para os locais onde se concentram centros comerciais, faculdades e residenciais.

No tocante ao transporte público coletivo, atualmente, Rio Branco conta com três empresas de ônibus, com 59 linhas e aproximadamente 190 ônibus para atender, em torno de 2 milhões de passageiros, por dia. Mesmo assim, as reclamações são constantes. A demora, a superlotação nos horários de pico

e o descuido, nas paradas, são problemas crônicos.

Numa região onde praticamente existem duas estações, inverno e verão, a falta de cobertura nas paradas de ônibus representa um grande problema para os munícipes. Isso, sem considerar aqueles pontos onde sequer existe parada de ônibus instalada, tornando ainda mais precário este serviço aos cidadãos.

Quanto à malha viária, estima-se que Rio Branco possui, aproximadamente, 900 km (dado oficial não disponível no portal da transparência da PMRB). As promessas de asfaltar todas as ruas do Acre, especialmente da nossa cidade, não foram cumpridas pelas administrações atuais, sem contar a péssima qualidade dos serviços realizados, especialmente nas áreas mais distantes, que raramente chega algum benefício, como se pode registrar em qualquer visita aos bairros mais distantes, que sequer pavimentação, em tijolos, possuem.

A iluminação pública, embora tenha sido propagada recentemente como redentora, ainda não chegou como deveria aos lugares mais pobres, expondo essas comunidades aos efeitos da escuridão, especialmente no que tange à violência.

O saneamento básico é uma das grandes tragédias da cidade. Em pesquisa

recente, ficamos na 87ª posição entre 100 maiores cidades, o que explica, em parte, nossos péssimos índices de saúde. A grande maioria das residências do município sequer possui rede de esgoto, e várias regiões carecem do abastecimento adequado de água tratada. O abastecimento de água também é precário, especialmente nos bairros mais periféricos. Esta questão, inclusa no recente marco regulatório do saneamento, aprovado no Congresso Nacional, contará com nosso total apoio.

A limpeza urbana, com coleta e tratamento de resíduos sólidos, também será intensificada, inclusive com a aquisição de novos equipamentos e a implantação de novas frentes de limpeza.

A ideia central é ter foco e definir prioridades, com operações nos bairros, e não somente nas vias coletoras e áreas centrais da cidade. Verificar, juntamente com a sociedade e os profissionais da área, os obstáculos a serem removidos e, sobre eles, incidir a ação correspondente, maximizando eficiência, eficácia e efetividade.

De forma realista e factível, apresentamos algumas das ações a serem implementados para a melhoria da infraestrutura e Mobilidade Urbana de Rio Branco.



4.4.1 PLANEJAMENTO URBANO E REGULARIZAÇÃO

Plano Diretor

- a) Revisar o Plano Diretor do Município de Rio Branco e demais planos, códigos de obras e demais instrumentos de planejamento e ordenamento territorial e ambiental estruturantes;
- b) Promover uma ampla discussão no âmbito do Comitê Municipal de Desenvolvimento, ouvindo a sociedade e estabelecendo prioridades, conforme as necessidades atuais da cidade.

Cidade Legal

- a) Ampliar e desburocratizar o programa de regularização fundiária e criar o programa de regularização edilícia, garantindo a atualização e a modernização do cadastro imobiliário e a legitimação da posse de imóveis, viabilizando a captação de recursos e de financiamentos para a realização de novos investimentos e negócios imobiliários;
- b) Revisar e modernizar os códigos de obras sanitário, ambiental e tributário, além do plano diretor, com foco na desburocratização, na concessão das licenças, no controle urbanístico e na otimização da arrecadação municipal;
- c) Criar o programa Engenharia Solidária, com a oferta gratuita de projetos arquitetônicos e de engenharia residenciais e comerciais de pequeno porte, inclusive com incentivos fiscais e tributários, a exemplo de taxas diferenciadas para construção e habitação para famílias de baixa renda e/ou em situação de vulnerabilidade.

4.4.2 INFRAESTRUTURA URBANA

Rio Branco em Obras

- a) Implementar um grande pacote de obras com pavimentação, até 2024, de 200 km de ruas utilizando asfalto nas principais e tijolos nas secundárias, além da duplicação de vias e construção de novos corredores de transporte, exclusivos para ônibus;
- b) Intensificar e ampliar os serviços de manutenção sistemática de, aproximadamente, 700 km da malha viária pavimentada, com a regionalização de equipes e equipamentos, garantindo operações simultâneas de tapa-buraco, nas 10 regionais urbanas de Rio Branco;
- c) Implementar um amplo programa de manutenção e construção de calçadas públicas, com respeito à acessibilidade e à sinalização vertical e horizontal;
- d) Revitalizar e modernizar as praças e os espaços públicos, viabilizando o programa Varandas de Convivência;
- e) Garantir a conclusão de todas as obras públicas municipais que estejam paralisadas, atrasadas ou em execução.

Bairro Modelo

- a) Realizar o mapeamento e elaboração de projetos de urbanização de bairros e assentamentos urbanos precários, com intervenções em pavimentação, drenagem, redes de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, unidades de saúde, escolas, espaços de esporte, lazer e recreação e outros equipamentos prioritários para a comunidade local, objetivando a captação de recursos para viabilizar a execução por meio de Parcerias Público-privadas.

Saneamento e Drenagem Urbana

- a) Promover e articular parcerias com o governo do Estado do Acre e com o Governo Federal, viabilizando a implementação de ações efetivas no âmbito do novo marco legal do Saneamento básico, buscando a oferta adequada e a universalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Rio Branco;
- b) Estabelecer parcerias para a elaboração do Plano Diretor de Drenagem Urbana para o município de Rio Branco, para o zoneamento e o redimensionamento das estruturas de macro e microdrenagem, que garantam o manejo de águas pluviais e a regulação correta para a implantação de novos empreendimentos, minimizando prejuízos e transtornos à população, decorrentes de transbordamento no período chuvoso;
- c) Implantar um amplo programa de dragagem, limpeza, aprofundamento e canalização de cursos de água (igarapés, córregos, canais e valetas, etc) e a desobstrução de galerias, bueiros, sarjetas, bocas de lobo, poços de visita e outros que integram a rede de saneamento e drenagem.

4.4.3 TRANSPORTE PÚBLICO

Transporte Coletivo

- a) Abrir nova licitação para concessão dos serviços de transporte público do município de Rio Branco, promovendo ampla concorrência e inserindo, no edital, critérios que garantam a redução na tarifa e maior qualidade na prestação dos serviços, com reavaliação do subsídio, renovação

- da frota, certificação e laudos de vida útil dos veículos com no máximo 5 anos e adaptados às normas de acessibilidade, ar-condicionando, wifi e carregadores de celular, dentre outros;
- b) Reformar e modernizar o terminal urbano, ampliando a capacidade de fluxo e garantindo mais conforto e comodidade aos usuários do transporte público coletivo;
- c) Implantar novas rotas, corredores de ônibus e terminais de integração regionais, criando alternativas aos usuários do transporte coletivo, reduzindo o percurso e o tempo de viagem, ao destino final;
- d) Criar novas linhas de ônibus e rotas em áreas com maior fluxo de passageiros, a exemplo daquelas onde se concentra a maioria das faculdades e a universidade de Rio Branco, facilitando o transporte dos usuários;
- e) Planejar, com a comunidade rural, a implantação de novas linhas para melhorar o atendimento na zona rural de Rio Branco.

Parada legal

- a) Promover parceria com a iniciativa privada para a instalação, a manutenção, a melhoria e a conservação de paradas e pontos de ônibus, onde os parceiros poderão explorar a publicidade com seus produtos e marcas;
- b) Promover o uso de aplicativos que permitam aos usuários do transporte coletivo visualizar o trajeto dos ônibus, bem como a hora de chegada em cada um dos pontos e no destino, de acordo com o trânsito;
- c) Melhorar os pontos de táxis, moto táxis e construir pontos de apoio para os motoristas de aplicativos de transporte;
- d) Construir coberturas nas paradas e pontos

de ônibus, garantindo a proteção mínima aos usuários durante a espera do transporte coletivo.

Pedala Rio Branco

- a) Articular parcerias com a iniciativa privada, para a implantação de bicicletários e de bicicletas públicas em parques e áreas urbanas de lazer;
- b) Ampliar e conectar a malha cicloviária de Rio Branco, criando um circuito integrado que permita o deslocamento dos ciclistas, entre todas as regionais, com a devida segurança.

4.4.4 ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Cidade Iluminada

- a) Garantir a conclusão da implantação do sistema de iluminação pública com lâmpadas de LED, em 100% das vias urbanas;
- b) Iluminar praças, rotatórias e espaços públicos, de modo a transbordar para o cenário da cidade, a valorização de sua beleza e de seus monumentos.



4.4.5 LIMPEZA URBANA

Cidade Limpa

- a) Modernizar o sistema de coleta e tratamento de resíduos no âmbito da Unidade de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos de Rio Branco (UTRE);
- b) Ampliar a capacidade de coleta e de deposição final de resíduos sólidos do município;
- c) Promover, fortalecer e apoiar iniciativas de reciclagem, inclusive em parcerias com cooperativas e associações de catadores;
- d) Implantar um amplo programa de coleta seletiva, com ações e campanhas educativas, para que a população adquira o hábito de separar o lixo plástico doméstico, inclusive disponibilizando reservatórios para deposição do lixo reciclável e veículos específicos para a coleta periódica dos materiais;
- e) Ampliar as equipes de varrição manual e mecânicas com remoção e/ou retirada de resíduos depositados naturalmente, acidentalmente e/ou propositalmente nas vias públicas;
- f) Ampliar as equipes de frentes de limpeza especial, com serviços de varrição manual, capinação, raspagem e roçagem em vias rápidas e vias de acesso à cidade, além de lavagem de calçadas.





Cultura, Esporte e Lazer



4.5 CULTURA, ESPORTE E LAZER

Embora haja uma espécie de omissão na administração pública acreana, em relação ao turismo na capital, enquanto gestor público, é preciso, antes de selar uma atividade mundialmente importante na geração de empregos, com repercussão em vários setores da economia, verificar - junto ao setor interessado - as alternativas plausíveis que venham animar, de algum modo, o acolhimento de visitantes. É o tipo da ação que presume uma gestão democrática, e assim faremos.

Também é primordial estruturar, promover e consolidar a política de patrimônio histórico cultural e o sistema de cultura, com a integração de atividades culturais nas Escolas e em outros ambientes públicos, em todas as regionais da cidade. Além disso, importante se faz difundir, diversificar e descentralizar a programação cultural, com estímulo à criação de canais que garantam a participação dos movimentos culturais e aumentem o envolvimento da população, bem como resgatar e fortalecer os festivais tradicionais diversos.

Os poucos eventos culturais promovidos não alcançam a grande massa rio-branquense. É preciso descentralizar e levar ações e equipamentos de esporte, lazer e cultura para os bairros, sempre em interação com o desejo manifesto da comunidade.

Com ações voltadas ao Esporte, à Cultura e ao Lazer buscamos contribuir na constituição de uma sociedade mais humana, promovendo a integração das pessoas e, assim, estimulando a cidadania. O Esporte e o Lazer são elementos importantes no desenvolvimento integral dos cidadãos, pois desenvolvem a autoconfiança e a autoestima,

hábitos saudáveis de vida, superação de limites, o respeito às individualidades, o espírito de grupo, e tantos outros aprendizados.

No campo da interação social, as práticas esportivas e de lazer, constantes e regulares, trazem a possibilidade real de inclusão das pessoas no contexto social em que vivem. Precisamos aumentar a participação de crianças e adolescentes na prática esportiva, respeitando e promovendo ações que fortaleçam a diversidade cultural como indispensável para a convivência democrática, o respeito entre os cidadãos formando uma sociedade mais pacífica.

Tradicionalmente, o Esporte e o Lazer têm uma aproximação com o rendimento, a performance física, o desenvolvimento técnico e tático, mas esse conceito deve ser revisto e ampliado. É necessário conceber a prática esportiva e de lazer também como um meio de formação do cidadão a partir do ambiente escolar.

Para tanto, vamos aumentar, de forma significativa, as atividades esportivas nas escolas, praças, parques, centros de esporte e lazer, clubes e ruas, envolvendo um maior número de pessoas, nas diferentes faixas etárias.

Para o desenvolvimento dos programas de esporte e lazer com maior interlocução administrativa, serão realizadas ações transversais com as áreas da educação, saúde, cultura, meio ambiente, ação social, turismo, dentre outras, articulando propostas integradas capazes de promover o esporte, o lazer e a cultura nas comunidades.

Rio Branco carece de política sólida e eficaz direcionada ao esporte e ao lazer. No ano em que o Brasil sedia as Olimpíadas, nossa

cidade possuía apenas um representante, que foi selecionado por sua exclusiva competência. Mas essa situação não é por falta de talentos, mas pela absoluta falta de uma política consistente que identifique, forme e apoie, efetivamente, os nossos atletas.

É preciso garantir a formulação e a execução de uma política municipal de Esporte e Lazer, conjugando os esforços do poder público municipal, setor privado e da comunidade para o desenvolvimento destes segmentos, em Rio Branco, inclusive viabilizando projetos de pessoas físicas e jurídicas, de promoção do esporte e lazer.

A partir desses desafios, apresentamos algumas das principais propostas, objetivando a implementação de uma política eficaz de Turismo, Esporte, Lazer e Cultura para Rio Branco, as quais serão oportunamente discutidas, complementadas e validadas, junto aos diversos atores e segmentos dessas áreas.

4.5.1 CULTURA

Espaços Culturais

- a) Garantir a manutenção de espaços artístico-culturais e fortalecer as parcerias com os empreendedores, as cooperativas, as instituições e as organizações comunitárias culturais;
- b) Construir e reformar, a partir da demanda do setor, espaços de desenvolvimento de

atividades culturais nos bairros e, sempre que possível, adequar espaços nas escolas, aos fins de semana.

Eventos e Projetos Culturais

- a) Apoiar as ações no âmbito do Sistema Municipal de Cultura, mapeando e sistematizando informações acerca dos profissionais da cultura, entidades, espaços e equipamentos culturais;
- b) Resgatar, apoiar e promover festivais de música, teatro, cinema, dança, poesia, exposições, peças de teatro, shows, oficinas culturais, artes plásticas, bem como eventos populares a exemplo dos carnavais de bairros, quadrilhas, fanfarras, artesanatos e outras expressões artísticas e culturais;
- c) Consolidar o calendário mensal de eventos culturais, construído com a participação dos diferentes atores e entidades culturais;
- d) Disponibilizar uma plataforma digital, na qual o cidadão pode acessar o calendário cultural, localizar e acessar as informações de museus, teatros, bibliotecas, centros históricos, praças e demais atrativos turísticos de Rio Branco;
- e) Fortalecer a política de preservação de patrimônio histórico e espaços culturais;
- f) Fortalecer o sistema de cultura com a integração de atividades culturais nas escolas e nos centros de cultura.



4.5.2 ESPORTE E LAZER

Esporte e Lazer da cidade

- a) Ampliar as ações no âmbito do programa Esporte e Lazer da Cidade, do governo federal, ampliando as ações e programas voltados à prática de atividades físicas, culturais e de lazer, para todas as faixas etárias, e às pessoas com deficiência, utilizando equipamentos públicos existentes (praças, quadras, salões paroquiais, ginásios esportivos, campos de futebol e clubes sociais);
- b) Mobilizar a participação das ligas, federações, entidades esportivas e organizações comunitárias nas ações e programas de esporte, lazer e recreação, inclusive na iniciação esportiva em todas as faixas etárias.

Treinador Comunitário

- a) Garantir orientação técnica por profissionais de educação física e saúde nas Academias Comunitárias, parques, praças e demais espaços públicos utilizados para práticas esportivas em grupo, inclusive diversificando as modalidades e atividades esportivas, aproveitando, quando possível, estagiários da UFAC.

Olimpíadas Esportivas

- a) Criar as **Olimpíadas Esportivas**, com campeonato e seletivas interbairros, em todas as Regionais Urbanas e Rurais, em várias modalidades (futebol, *futsal*, *handebol*, basquete, ciclismo, atletismo adulto e infantil, *triathlon* e outras);
- b) Implementar o núcleo de detecção e direcionamento de jovens talentos para as atividades esportivas convencionais

e de alto rendimento, que contarão com investimentos específicos para a sua formação e desenvolvimento.

Gestão de Esportes

- a) Elaborar o Plano Municipal de Esporte, a partir de uma conferência com a ampla participação dos atores e promotores do esporte, considerando as dimensões do esporte amador, recreativo, paraolímpico e não-olímpico;
- b) Adequar e modernizar a infraestrutura de praças, parques e espaços públicos do município, ampliando espaços públicos para as práticas esportivas e de recreação;
- c) Ampliar e dinamizar os programas e atividades no Centro de Iniciação ao Esporte, fortalecendo a gestão compartilhada com as federações de: Voleibol, Basquetebol, Atletismo, Handebol, Tênis de Mesa, Judô, Boxe, Ginástica, Tae-kwon-do, Shotokan de Karatê-Do, Futsal, Basquete Cadeirante, dentre outras;
- d) Ampliar e diversificar as modalidades e atividades do calendário municipal esportivo, funcionando como etapas prévias e/ou classificatórias, conforme modalidades, para as competições estaduais, regionais e nacionais;
- e) Fortalecer parcerias com ligas, federações, escolinhas de futebol, artes marciais e outras entidades, garantindo a gestão democrática e compartilhada dos espaços públicos e equipamentos esportivos.
- f) Fomentar a busca e a parceria com clubes e iniciativa privada, para manter equipes esportivas de alto rendimento, priorizando algumas modalidades (conforme avaliação de desempenho dos últimos anos), bem como criar as categorias de base

correspondentes, integradas ao trabalho de formação esportiva;

- g) Propor a realização de convênio com o Governo do Estado para a gestão compartilhada e dinamização do complexo esportivo Arena da Floresta;
- h) Ampliar os programas e ações de inclusão esportiva das pessoas com deficiência, inclusive fortalecendo e formando profissionais ligados às diferentes associações e entidades que representam esse público.

Arena de Esportes Radicais

- a) Ampliar, diversificar e modernizar a infraestrutura e equipamentos na Arena de Esportes Radicais;
- b) Apoiar campeonatos e eventos de esportes radicais (*skate, skateboards, wheeling, moto e bike*), bem como de *tuning*, som automotivo, veículos rebaixados e clubes e grupos de motociclistas.



EQUIPE

A equipe responsável pela elaboração do Plano de Governo da Coligação Partidária Coragem para Mudar foi formada por técnicos, estudantes, trabalhadores da iniciativa privada e do setor público, empresários, representantes dos movimentos sociais, associações, institutos, sindicatos, federações, representantes dos partidos aliados e, principalmente, por dezenas de pessoas que participaram pelas plataformas digitais e em conversas pelas ruas da cidade.

CONCEPÇÃO

Roberto Duarte, Antônia Lúcia, Senador Marcio Bittar, Deputado Federal Flaviano Melo, Deputada Federal Jéssica Sales, Charlene Lima, Deputada Estadual Antônia Sales, Deputada Estadual Meire Serafim

COORDENAÇÃO

Roberto Duarte e Jarbas Anute

EQUIPE TÉCNICA E COLABORADORES EVENTUAIS

Adaildo Lima, Adalberto Ferreira, Adriana Lima, Andrea Ribeiro, Antonio Balica, Araguacy Cardoso, Anna Iza, Artemio Costa, Attila Matheus, Branca Mesquita, Carlos Smerdel, Claudia Pinho, Célio Gadelha, Clendes Vilas Bôas, Cristiane Patrícia, Cristhyan Carcia, Daniel Aley, Daniele Carlos, Daniela Paiva, Demétrio de Paula, Deywyd Santiago, Eduardo Dias, Edson Brunno, Edigildon Ferreira, Eliane Cruz, Elison Luiz, Emerson Jarude, Edvilson Silva, Francimar Fernandes, Francisnei Oliveira, Fernando Cabanelas, Francilvo Barbosa, Franck Vidal, Gabriel Ribeiro, Isaac Santos, Jacood Junior, João Correia, Joelma Dantas, João Marcos Luz, José Mastrangelo, João Victor, Juliano Fraissat, Júlio Ramalho, José Eugênio Braga, Thalís da Cruz, Maria Alice Melo, Maria do Livramento, Marcos Luís, Marcia Maria, Miguel Assaf, Nayara Vilas Bôas, Neto Ceará, Neuton Lamego, Oséias Silva, Pádua Bruzugu, Paulo Roberto, Raimundo Gomes, Roberth Alencar, Roberto Hemckmeier, Rodrigo Costa, Rebeca Barbosa, Sérgio Ricardo, Sirlene Luz, Stênio Melo, Suede Chaves, Thamyris Pinheiro, Wania Tojal, Wilyanne Derze, Victor Rikelmy

Agradecemos, ainda, aos diversos colaboradores que participaram ativamente da elaboração deste Plano de Governo e que pediram sigilo na divulgação de seus nomes.



ANEXOS

Compromissos Fieac
Compromissos Acisa
Proposta Juventude Republicana
Carta-compromisso do Instituto Liberal Acreano





ROBERTO DUARTE
Pré-candidato a Prefeito de Rio Branco

Ofício N° 203/2020

Rio Branco - AC, 04 de setembro de 2020.

Ao Senhor
José Adriano
Presidente da Federação das Indústrias do Acre – FIEAC

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, agradeço a importante participação da diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Acre – FIEAC na apresentação de propostas e pautas prioritárias para alavancar o Setor Industrial de Rio Branco, as quais serão inseridas no Plano de Governo que será devidamente apresentado à população no período de campanha da nossa candidatura a prefeito de Rio Branco.

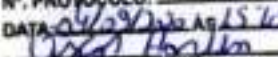
Ressalto que essa será nossa forma de governar, ouvindo e discutindo as propostas de quem realmente conhece como resolver os principais problemas da nossa cidade.

Antecipo que, após analisar as propostas, assumo o compromisso formal, caso eleito, com a implementação da maioria do que nos foi proposto.

Respeitosamente,



ROBERTO DUARTE
Pré-candidato à Prefeito de Rio Branco – AC.

SISTEMA FIEAC
Nº. PROTOCOLO: _____
DATA: 04/09/2020 às 15h12

ASSINATURA



ROBERTO DUARTE
Pré-candidato a Prefeito de Rio Branco

1. COMITÊ DE INTERLOCUÇÃO

1.1. Criação de um grupo permanente entre o Setor Industrial e o Executivo Municipal

Assumo compromisso total com essa proposta. Conforme antecipei em reunião na FIEAC, vamos criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento, composto por representantes dos setores público, privado e representações comunitárias, incluindo as federações das indústrias, comércio, serviços, agronegócio, Sistema "S", Universidades e representações comunitárias, dentre outros, garantindo a efetiva participação de segmentos sociais fundamentais revisão de planos estratégicos, na construção de programas e projetos estruturantes e respectiva definição de investimentos prioritários para o desenvolvimento local.

2. QUESTÕES TRIBUTÁRIAS E BUROCRÁTICAS

2.1. Manutenção da isenção do IPTU para as indústrias localizadas nas áreas do Parque Industrial e Distrito Industrial, bem como a ampliação deste benefício para as demais indústrias de nossa capital

Assumo compromisso parcial, pois tal proposta merece um estudo mais aprofundado, que faremos durante a gestão, com a participação da FIEAC. Assim, garanto que vamos manter a isenção atual para as indústrias localizadas no Parque Industrial e no Distrito Industrial. Entretanto, precisamos de mais subsídios para avaliar e tomar decisão acerca de estender o benefício para demais indústrias localizadas em áreas não contempladas na lei de incentivos fiscais. Caso não seja possível a isenção, podemos propor uma redução na alíquota do IPTU.

2.2. Correção do valor da taxa de coleta de resíduos sólidos para a Indústria

Considero viável rever taxas das indústrias que dão finalidade ao seu próprio lixo e que a cobrança seja ajustada conforme a utilização efetiva ou potencial dos serviços. No entanto, precisamos entender melhor a justificativa da FIEAC, pois o art. 174 do Código Tributário Brasileiro trata de prescrição, e não de correção de taxas.

2.3. Implementação dos instrumentos previstos na "Lei de Liberdade Econômica" no âmbito da gestão municipal

Assumo compromisso total com essa proposta. Defendo abertamente a livre iniciativa e o pleno exercício da atividade econômica, além





ROBERTO DUARTE
Pré-candidato a Prefeito de Rio Branco

de que precisamos desburocratizar processos e apoiar fortemente a iniciativa privada. Sabemos que a Prefeitura Municipal de Rio Branco iniciou de forma muito tímida esse processo de adequação as novas regras impostas pela lei federal. Dentre as novas regras está a dispensa de alvará de funcionamento para as atividades de baixo risco (que estimamos que se aproxime de 70% de todas as atividades) e desburocratização na concessão do alvará para as atividades de médio e alto risco (vamos disponibilizar tudo digital). Na prática, nada de concreto mudou, e vamos dar prioridade e avançar na implementação desta pauta.

2.4. Possibilitar a compensação de dívidas de ISSQN por prestação de serviços por parte das empresas devedoras

A princípio, não temos previsão legal para implementar essa proposta. Caso não seja possível, podemos propor um programa de refinanciamento da dívida com o abatimento e/ou isenção das multas e juros. Precisamos estender o debate sobre esse tema e avaliar melhor as alternativas.

3. ESTÍMULO AOS INVESTIMENTOS PRIVADOS

3.1. Oca do Empreendedor

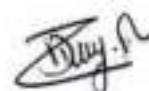
Proposta excelente. Já existem alguns Centros de Atendimento ao Cidadão – CAC, onde são ofertados esses serviços, inclusive na OCA, inclusive com outros órgãos do Estado para agilizar esse serviço. Assumo o compromisso de uma agenda específica para avaliar a viabilidade de transformar um dos CACs existentes na Oca do Empreendedor, garantindo um ambiente de atendimento exclusivo para empresas, inclusive unificando todos os tipos de licenciamentos necessários.

3.2. Integração da REDESIM para a renovação de alvarás de funcionamento

Assumo compromisso total com a proposta. Apesar da Prefeitura Municipal de Rio Branco já está integrada à REDESIM, infelizmente, falta planejamento, gestão e vontade para que a proposta saia do papel. Vamos dar prioridade e avançar no processo de integração.

3.3. Inversão da ordem dos alvarás para construção de empreendimentos

Apesar de o setor industrial ser um dos principais indutores na geração de empregos diretos e indiretos, com fortes investimentos na cidade,





ROBERTO DUARTE
Pré-candidato a Prefeito de Rio Branco

esta proposta apresenta grande risco de desordenamento territorial e urbanístico. Nesse sentido, me comprometo a aprofundar o debate, especialmente de desburocratizar o processo garantindo celeridade na emissão dos alvarás.

3.4. Simplificação no processo de emissão e renovação de alvarás

Assumo compromisso total com a proposta. Segundo informações, a renovação hoje é automática e a maioria dos processos de emissões já é dispensada. No entanto, falta gestão para desburocratizar e simplificar o processo, pois os empreendedores não podem ser lesados pela omissão do poder público.

4. ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – ADES

4.1. Revitalização da infraestrutura do Parque Industrial e Distrito Industrial e manutenção permanente desses espaços

Assumo compromisso total com a proposta. Apesar de o Governo do Estado ser o responsável pela gestão dessas áreas, vamos apolar na revitalização da infraestrutura dessas importantes áreas. Na nossa gestão o fomento e apoio ao setor industrial e econômico serão tratados como prioridade para o desenvolvimento da nossa cidade.

4.2 – Revisão do zoneamento do município, de forma a impedir ocupações residenciais nas proximidades da área do Distrito Industrial

Assumo compromisso total com essa proposta. O Zoneamento é um dos principais instrumentos de planejamento do município. Consideramos urgente e necessária esta proposta para que as ocupações não interfiram nesta importante atividade econômica. Além disto, é função precípua do município o controle acerca da criação de novos bairros, garantindo que ocorram de forma planejada evitando a ocupação de espaços inapropriados para habitação, como é o caso do Distrito Industrial.

4.3 - Elaboração de projeto para remover ocupações irregulares existentes no Distrito Industrial

Eu me comprometo a criar uma agenda específica para analisar essa situação e buscar soluções para o problema.





ROBERTO DUARTE
Pré-candidato a Prefeito de Rio Branco

5. APOIO PARA AS INDÚSTRIAS LOCAIS

5.1. Criação de um programa de compras governamentais adotando o critério de credenciamento, aos moldes do modelo estabelecido pelo Governo do Estado do Acre, através do Decreto 4599/2919

Assumo compromisso total com a proposta. Acredito que é possível um programa de compras governamentais que fomenta e aqueça o comércio local, em consonância com os regramentos legais, mais especificamente no tocante a Lei nº 8.666, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, priorizarmos compras para a Prefeitura Municipal de Rio Branco.

5.2. Previsão de benefícios do Estatuto das Micro e Pequenas Empresas, Lei 123/2006, adotando-os para os processos de compras governamentais

A exemplo da proposta anterior, entendo ser possível a criação de um programa de compras governamentais que incluam também as Micro e Pequenas Empresas.

5.3. Criação de um programa de pavimentação de vias urbanas com tijolos maciços para as vias secundárias

Assumo total compromisso com a proposta. Sou totalmente favorável ao uso de tijolos em vias secundárias, solução que tem alta durabilidade e ainda estimula o setor industrial de olarias, conforme já comprovado por estudo realizado pelo Fórum Permanente de Desenvolvimento do Acre.

5.4. Aquisição de produtos perecíveis das indústrias locais na merenda escolar

A exemplo da proposta 5.1, vamos buscar a criação de um programa de compras governamentais que garanta a participação das indústrias locais de forma competitiva nos processos licitatórios.

5.5. Criação da Lei da Guarda Municipal

Assumo compromisso total com a proposta, que já estava inclusa em nosso Plano de Governo. A Guarda Municipal será importante na proteção do patrimônio público da cidade.





ROBERTO DUARTE
Pré-candidato a Prefeito de Rio Branco

6. INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL

6.1. Elaboração de um plano diretor de drenagem para o município

Assumo total compromisso com a proposta, também já estava inclusa no nosso plano. De fato, é urgente um plano de drenagem com o zoneamento e redimensionamento das estruturas de macro e micro drenagem que garantam o manejo de águas pluviais e a regulação correta para implantação de novos empreendimentos, minimizando prejuízos e transtornos à população decorrentes de transbordamento no período chuvoso.

6.2. Elaboração e aprovação de mapa definindo objetivamente a localização das Áreas de Preservação Permanentes (APPs) existentes na área urbana do município

Assumo compromisso total com a proposta, que é urgente e que merece especial atenção, pois trata-se de uma diretriz essencial para aprovação de projetos de infraestrutura e para dirimir dúvidas de cunho ambiental. A princípio, desconheço qualquer ação da prefeitura que auxilie neste sentido.

6.3. Criação de programa de investimentos através de Parcerias Público Privadas (PPPs), inclusive para a urbanização de loteamentos precários ou irregulares

Assumo total compromisso com a proposta. Temos certeza de que as PPPs dão certo, a exemplo do que ocorre em centenas de outras cidades no Brasil.

6.4. Criação de programa para regularização fundiária da área urbana adotando os novos mecanismos legais e agilizando a emissão do documento de propriedade.

Assumo total compromisso com a proposta. Apesar de que esse programa já existe, falta gestão e decisão para que seja fortalecido e ampliando.

6.5. Criação de programa para regularização edilícia, permitindo que os imóveis irregulares possam estar habilitados.

Assumo total compromisso com a proposta. Não há nada neste sentido na Prefeitura Municipal de Rio Branco. Acredito, inclusive, que o fortalecimento do setor de engenharia do município pode impulsionar esta proposta.





ROBERTO DUARTE
Pré-candidato a Prefeita de Rio Branco

6.6. Implantar Lei para regulamentar loteamentos de chácaras, com a exigência dos critérios mínimos da Lei Federal 6.766 de 19/12/79, possibilitando a sua implantação no entorno do perímetro urbano.

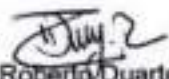
É uma proposta que requer uma análise mais detalhada. Assumo compromisso de fazer uma agenda específica para construir soluções objetivando a regularização de tais loteamentos.

6.7. Pavimentação do Ramal da Boca do Riozinho, que atende aos áreas e pontos turísticos.

Entendendo que todos os ramais que estão no âmbito do município devem receber investimentos para melhoria, especialmente os que integram o cinturão verde. Neste caso específico, as intervenções de pavimentação de ramais serão definidas após planejamento definindo as prioridades, conforme garantia de recursos.

Na oportunidade, reitero meus agradecimentos à diretoria da FIEAC, colocando-me inteiramente à disposição para que possamos seguir, juntos, construindo propostas para o fortalecimento da indústria e demais setores propulsores do desenvolvimento socioeconômico de Rio Branco.

Atenciosamente,



Roberto Duarte
Pré-candidato a prefeito de Rio Branco



ROBERTO DUARTE
Pré-candidato a Prefeito de Rio Branco

Ofício N° 204/2020

Rio Branco - AC, 08 de setembro de 2020.

Ao Senhor
Celestino Bento de Oliveira
Presidente da Associação Comercial, Industrial, de Serviço e Agrícola do Acre - ACISA

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, agradeço a importante participação da diretoria da Associação Comercial, Industrial, de Serviço e Agrícola do Acre - ACISA na apresentação de propostas e pautas prioritárias para alavancar o Setor Industrial de Rio Branco, as quais serão inseridas no Plano de Governo que será devidamente apresentado à população no período de campanha da nossa candidatura a prefeito de Rio Branco.

Ressalto que essa será nossa forma de governar, ouvindo e discutindo as propostas de quem realmente conhece como resolver os principais problemas da nossa cidade.

Antecipo que, após analisar as propostas, assumo o compromisso formal, caso eleito, com a implementação da maioria do que nos foi proposto.

Respeitosamente,



ROBERTO DUARTE
Pré-candidato a Prefeito de Rio Branco – AC.

Recebido em
10/09/2020
Clube Ferroviário



ROBERTO DUARTE

Pelo Combate à Prisão de Rio Branco

PROPOSTAS DA ACISA PARA O PLANO DE GOVERNO MUNICIPAL

b.1. Redução de burocracia para a criação de empresas, bem como para a continuidade das atividades das que já contribuem com a geração de emprego e renda para a nossa cidade

Assumo total compromisso com a proposta. Uma das nossas prioridades na gestão será a desburocratização de processos que dificultam o ambiente de negócios e a geração de emprego e renda, especialmente considerando o cenário de crise que deve se agravar no período pós-pandemia.

b.2. Agilizar liberação dos alvarás para as novas empresas e para as empresas que já possuem os alvarás de funcionamento e de localização

Assumo total compromisso com a proposta. Apesar de a Prefeitura Municipal de Rio Branco já está integrada à REDESIM, infelizmente, falta planejamento, gestão e vontade para que a proposta saia do papel. Vamos dar prioridade e avançar no processo de integração. Segundo informações, a renovação hoje é automática e a maioria dos processos de emissões já é dispensada. No entanto, falta gestão para desburocratizar e simplificar o processo, pois os empreendedores não podem ser lesados pela omissão do poder público.

b.3. Realizar a pavimentação com tijolos maciços como medida de geração de emprego e renda, nas vias de trânsito de veículos mais leves

Assumo total compromisso com a proposta. Sou totalmente favorável ao uso de tijolos em vias secundárias, solução que tem alta durabilidade e ainda estimula o setor industrial de olarias, conforme já comprovado por estudo realizado pelo Fórum Permanente de Desenvolvimento do Acre.

b.4. Criação de políticas e campanhas que reduzam o tempo e o valor despendido para a expedição de "HABITE-SE"

Assumo total compromisso com a proposta. Infelizmente, falta planejamento, gestão e vontade para que sejam apresentadas políticas públicas para desburocratizar processos importantes que aqueçam a economia do município e gerem emprego e renda.

b.5. Regulamentação e aplicação da LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA, Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019

Assumo compromisso total com essa proposta. Defendo abertamente a livre iniciativa e o pleno exercício da atividade econômica, além de que precisamos desburocratizar processos e apoiar fortemente a iniciativa privada. Sabemos que a Prefeitura Municipal de Rio Branco iniciou, de forma muito tímida, esse processo de adequação às novas regras impostas pela lei federal. Dentre elas, está a dispensa de alvará de funcionamento para as atividades de baixo risco (que estimamos que se aproxime de 70% de todas as atividades) e desburocratização na concessão do alvará para as atividades de médio e alto risco (vamos disponibilizar tudo digital). Na





ROBERTO DUARTE

Pre-candidato a Prefeito de Rio Branco

prática, nada de concreto mudou, e vamos dar prioridade e avançar na implementação desta pauta.

b.6. Implementar políticas públicas e medidas efetivas para resolver o problema da demora para concessão de título definitivo, como, por exemplo, fazer convênios com o Governo Federal no programa Casa Verde Amarela

Assumo total compromisso com a proposta. Mas, importante deixar claro que estabelecer parcerias e convênios com o Governo Federal, a exemplo da adesão ao programa Casa Verde e Amarela, apesar de importante, não resolve o problema de Rio Branco, que tem aproximadamente 70% dos imóveis em situação irregular. Mesmo que já existam políticas municipais de regularização fundiária, falta gestão e decisão para que as ações sejam fortalecidas e ampliadas.

b.7 – Criar mecanismos de transparência e facilitação para o acompanhamento da avaliação do valor venal, bem como o estabelecimento de critérios objetivos para o cálculo que se destinam para fins de lançamento do ITBI e do IPTU; por exemplo, a disponibilização para o interessado da memória de cálculo no portal da Prefeitura na rede mundial de computadores

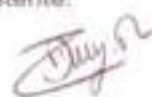
Assumo compromisso total com essa proposta. Vamos garantir mais transparência em todas as ações do poder público, o contribuinte tem o direito de conhecer detalhadamente os cálculos e métodos adotados para cobrança desses impostos.

b.8 - Criar programas que visem conceder desconto de IPTU como forma a estimular os consumidores a exigirem a emissão de nota fiscal de serviços em Rio Branco

Não entendi essa proposta uma vez que o IPTU não está relacionado ao consumo. Caso a proposta seja em relação ao ISS, que enseja na prestação de serviço e, conseqüentemente, na emissão de nota fiscal, é uma ação que estimulará aos poucos que a população cobre pela nota fiscal. Entretanto, temos no nosso Plano de Governo o programa Nota Legal, com premiações e benefícios para os consumidores que solicitarem nota fiscal.

b.9. Ampliar as ciclovias (malha de ciclovias, uma nova ciclovia na estrada do aeroporto, etc.), reformando e mantendo em funcionamento e segurança as que existem; inclusive firmando Convênios com o Governo Federal e Estadual quando as vias não estiverem sob o controle da Prefeitura Municipal

Assumo total compromisso com a proposta. Inclusive, já consta em nosso Plano uma proposta de construir ciclovias nos trechos Rio Branco – Bujari e Rio Branco – Senador Gulomard (por meio de convênios com o DNIT), além de realizar investimentos para ampliar e conectar a malha cicloviária de Rio Branco, criando um circuito que permita o deslocamento dos ciclistas entre todas as regionais com a devida segurança, e conectando novas rotas aos 115km de malha cicloviária urbana existente.





ROBERTO DUARTE

Prefeito de Rio Branco

b.10. Geração de campanha de regularização do "HABITE-SE" residencial; por exemplo, estimulando que os proprietários de casas populares (construção simples) recolham apenas um valor fixo do ISS arbitrado sobre a suposta mão-de-obra autônoma utilizada na construção)

Assumo total compromisso com a proposta. Toda ação que promova e estimule a regularização de imóveis, principalmente de pessoas mais carentes, será prioridade na nossa gestão.

b.11. Criar programa de estímulo para novas construções, por exemplo, obtendo três anos de isenção do IPTU, contados a partir do "HABITE-SE"

Eu me comprometo a criar uma agenda específica para analisar essa proposta com mais propriedade, avaliando quais os tipos de novas construções poderiam ter isenção de IPTU, bem como avaliar o impacto orçamentário-financeiro desse tipo de concessão. Contudo, ressalto que toda proposta que promova a abertura de novos negócios e fomenta o desenvolvimento econômico de Rio Branco, terá nosso apoio.

b.12. Reduzir o valor cobrado a título de contribuição para a limpeza pública ("taxa de lixo") e de iluminação pública; bem como criar mecanismos de fácil interpretação dos valores e cálculos de previsão e execução desses serviços públicos, disponibilizando no site (site/portal) da Prefeitura; Criar alternativas para evitar o aumento dessas contribuições, principalmente aumentos abusivos, por meio de políticas alternativas inovadoras ou que já mostraram resultados em outros municípios

Considero viável rever taxas de empresas que dão finalidade ao seu próprio lixo e que a cobrança seja ajustada conforme a utilização efetiva ou potencial dos serviços. Porém, precisamos ser realistas que esses tributos sequer "se pagam", por terem baixa arrecadação, principalmente a Contribuição sobre a Iluminação Pública (Cosip). Quanto à disponibilização no site da PMRB é perfeitamente possível para o contribuinte entender a forma de cobrança do tributo, a exemplo da pergunta B.7. Eu me comprometo a criar uma agenda conjunta para discutir alternativas que fortalecem o setor privado, condicionadas a legalidade e que não comprometam ou inviabilizem a arrecadação com renúncias de receitas essenciais para a Prefeitura.

b.13. Criar mecanismos que permitam deixar de ser exigido o recolhimento de contribuição para limpeza pública sobre imóveis desocupados

Importante deixar claro que isenção nesses casos só ocorreria se o serviço não fosse realizado e/ou não estivesse disponível, razão da existência desse tributo. O que é arrecadado retorna para o próprio serviço prestado. Eu me comprometo a criar uma agenda conjunta para discutir a proposta, condicionada a legalidade e que não comprometa ou inviabilize a arrecadação com renúncias de receitas essenciais para a Prefeitura.

b.14. Criar albergue público (ou por convênio) para pessoas em situação de rua, principalmente para pernoite





ROBERTO DUARTE

Presidente do Município de Rio Branco

A prefeitura já conta hoje com 10 Unidades de Acolhimento, que deveriam atender essas pessoas. Vamos ampliar esses serviços e promover a busca ativa de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

b.15. Permitir que o Contribuinte destine parte do IPTU, ITBI ou ISS, para uma instituição municipal de sua livre escolha

Proposta inviável. Além de legislação federal, trata-se de renúncia de receitas essenciais para Prefeitura.

b.16. Vedação da recusa de expedição do "HABITE-SE" por débito de tributos (meios coercitivos para exigência de tributos)

Proposta inviável. A Prefeitura não pode ser conivente com irregularidade no tocante a débitos de tributos, independentemente da situação, além de injusto, seria tratamento desigual com quem paga os seus tributos em dias.

b.17. Demonstrar onde foi aplicada economia gerada ou a redução de tributos (transparência)

Assumo total compromisso com a proposta. Teremos total transparência acerca das receitas e despesas do município. A população precisa saber se realmente a renúncia de receita ou a economia gerada está sendo aplicada de forma correta, beneficiando a população e melhorando as condições da nossa cidade.

b.18. Facilitar as PPP's (Parcerias Público Privadas), onde crie ambiente para que o voluntário munícipe auxilie a Prefeitura, retornando com premiação ou outro benefício aquele que assim atuar

Sabemos que as parcerias público-privadas dão certo, a exemplo do que ocorre em centenas de outras cidades no Brasil. Entretanto, esse é um tipo de proposta que requer uma análise mais detalhada sobre o formato proposto. Eu me comprometo a criar uma agenda conjunta para discutir melhor a viabilidade e legalidade da proposta.

b.19. Criação de política que vise a redução do IPTU (desconto), equivalente ao ISS mensalmente pago pela contratação para construção (mão-de-obra), durante o período de uma nova construção

Podemos avaliar a experiência, a exemplo do que ocorre com o ISS. Eu me comprometo a criar uma agenda conjunta para discutir melhor a proposta, condicionado a sua viabilidade e legalidade.

b.20. Informatizar os serviços e processos que ficam à disposição do contribuinte e do munícipe ("Rio Branco 100% online"), como, por exemplo, tramitação de processos totalmente de forma digital, consulta de andamento de processos por qualquer dispositivo com acesso à internet, adoção do "MEU GOV.BR" para uso de uma mesma senha/login para acesso a serviços públicos





Deputado Federal - Rio Branco

Assumo total compromisso com a proposta. A PMRB realmente precisa mudar a forma de atuar em seus processos. Isso já ocorre em diversas instituições públicas e o governo federal tem avançado bastante na disponibilização de plataformas para prestação de serviços públicos online.

b.21. Realizar a construção de um viaduto no bairro CORRENTE (trevo BR 364)

Temos em nossa coligação a maior bancada federal, com 3 Deputados Federais e 1 senador, que também é o relator do Orçamento Geral da União. Com bons projetos e o apoio da bancada federal, vamos captar recursos necessários para realizar obras estruturantes que melhorem a mobilidade urbana da nossa cidade. Mas, precisamos ter clareza que Rio Branco tem muitas outras prioridades. Ainda temos diversos bairros completamente abandonados pelo poder público e que necessitam urgente de investimentos na infraestrutura básica, como pavimentação de ruas e saneamento básico. Por isso, estamos propondo a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento, onde vamos discutir as propostas e definir os investimentos prioritários para melhorar a vida dos munícipes, inclusive a construção de viadutos e outras obras estruturantes. A propósito, pelo que tenho conhecimento, o Governo do Estado já tem um projeto para construção de viaduto na corrente, por isso a importância de dialogar também com o governo, para otimizar a aplicação de recursos em benefício da nossa cidade.

b.23. Participação permanente de um representante da ACISA (classe empresarial) nas reuniões de planejamento da Prefeitura, nas reuniões sobre projetos de lei, orçamento anual, reforma administrativa, reforma tributária, modernização de serviços, plano diretor, entre outras, como forma de contribuir para a melhoria do ambiente de negócios de nossa cidade

Vamos criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento, composto por representantes dos setores público e privado, incluindo Acisa, Fieac, Federação da Agricultura, Sistema "S", Universidades, além de representações comunitárias, garantindo a efetiva participação dos diferentes segmentos sociais em agendas estratégicas, a exemplo da revisão de planos estratégicos, construção de programas e projetos estruturantes e respectiva definição de investimentos prioritários para o desenvolvimento local.

b.24. Funcionamento de órgãos em alguns finais de semana para possibilitar o acesso a serviços públicos, para pessoas que não podem fazê-lo durante a semana sejam atendidas por mutirões

Boa proposta, mas precisamos avaliar melhor a demanda. A princípio, podemos avaliar a realização de mutirões abrindo um dos CACs para atender exclusivamente demandas da classe empresarial.





ROBERTO DUARTE

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

b.25. Quanto às proposições apresentadas neste documento e que dependam de aprovação na Câmara de Vereadores, que seja assumido o compromisso pessoal de Vossa Senhoria de enviar os respectivos projetos de lei

Na nossa gestão, os Projetos a serem encaminhados à Câmara serão instrumento de ampla discussão e validação com os atores interessados, inclusive no âmbito do Conselho Municipal de Desenvolvimento e com os vereadores, de forma que haja sempre o respeito à democracia e a garantia plena dos interesses da população de Rio Branco.

c.1.1. Prorrogação do vencimento do ISS e IPTU, incluindo parcelamentos, relativo ao ano de 2020 para o segundo semestre de 2021

Seria necessário realizar um estudo mais detalhado. Eu me comprometo a criar uma agenda conjunta para discutir melhor a proposta, condicionado a sua viabilidade e legalidade.

c.1.2. Criação de políticas, à semelhança das medidas tomadas pelo Governo Federal (Portaria PGFN 18.731/2020), que permitam a transação em matéria tributária, para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a classificação do grau do possível êxito na cobrança administrativa ou judicial

Entendo que após uma análise mais detalhada sobre os débitos em dívida ativa do município poderíamos construir alternativas para sanar esses débitos excepcionais, considerando o cenário da crise desencadeada pela pandemia do COVID-19, semelhante a referida portaria. Eu me comprometo a criar uma agenda conjunta para discutir melhor a proposta, condicionado a sua viabilidade e legalidade.

c.1.3. Disponibilização de condições facilitadas para renegociação de dívidas

Assumo total compromisso em construir alternativas para que pessoas físicas e jurídicas possam quitar seus débitos com a PMRB. Eu me comprometo a criar uma agenda conjunta para discutir melhor a proposta, condicionado a sua viabilidade e legalidade.

c.1.4. Disponibilizar que os atendimentos pelos órgãos públicos ocorram por qualquer meio de atendimento a distância

A ampliação da oferta de serviços públicos via plataformas digitais já está inclusa em nosso plano de governo e será prioridade na nossa gestão. Esse é um dos desafios que precisam ser superados rapidamente pelo poder público, especialmente considerando a necessidade de minimizar aglomerações e deslocamentos desnecessários para que os munícipes tenham acesso a serviços públicos.





ROBERTO DUARTE

Pré-candidato a Prefeito de Rio Branco

c.1.5. Implementar a fiscalização orientativa, com comunicação e aviso pela internet, permitindo a correção de qualquer irregularidade dentro do prazo estabelecido, como forma de criar um ambiente educativo antes de aplicar qualquer penalidade

Ótima proposta. A multa deve ser sempre a última opção. O Poder Público precisa primeiro atuar de forma orientativa/educativa.

c.1.6. Implementação do tele trabalho nos órgãos públicos para a maioria das atividades do Município, como forma de manter as boas práticas de 2020, verificadas durante a pandemia da COVID-19

No início da Pandemia do COVID-19, apresentamos um projeto na Aleac para criar o Home office no âmbito do governo do Estado, para alguns cargos, conforme critérios. Na PMRB vamos implementar o Home office para alguns cargos e conforme critérios a serem amplamente discutidos no âmbito de cada órgão setorial, buscando sempre a garantia da eficiência nos serviços ofertados aos munícipes.



ROBERTO DUARTE

Pré-candidato à Prefeito de Rio Branco – AC.

PLANO DE GESTÃO

Inovação e Juventude



REPUBLICANOS 10

Secretaria Jovens Republicanos Municipal

Propostas de Plano de Gestão de Inovação e Juventude

Paulo Roberto

Secretário Jovens Republicanos Municipal

Gabriel Ribeiro

Coordenador de Tecnologia e Inovação

Inovação & Juventude

Introdução

Esse Plano Específico apresenta propostas de Gestão nos eixos de desenvolvimento científico, tecnológico e do protagonismo juvenil em diversos campos de atuação, realizado pela coordenação de Tecnologia e Inovação da Secretaria Jovens Republicanos Municipal, baseado em experiências vividas através da juventude que compõe o grupo, como também resultados de pesquisas de importantes ações que deram certo.

O Plano representa o anseio de uma gestão que seja comprometida com toda população rio-branquense com maior fervor de uma juventude clamante por voz, destacando-se o Título: “*JUVENTUDE PRESENTE*”. Refere-se, este documento, a propostas de políticas públicas que valorizam crescimento econômico, ativos sociais, inclusão digital, participação cidadã e Inovação do serviço público que geram impacto resolutivo das aspirações da sociedade.

Para efetividade dessas propostas é de suma importância a busca de Instituições parcerias comprometidas com a revolução que causará no cotidiano das pessoas, sendo a ***Trindade: Governo, Empresas e Universidades***, tendo o foco na transformação da atual realidade fomentando, incentivando, participando e provocando a potencialidade das riquezas de conhecimento e experiência da juventude de Rio Branco, propondo e executando projetos estruturantes para o desenvolvimento positivos nas diversas áreas de atuação do governo municipal.

“O movimento Jovens Republicanos segue os princípios do Republicanos e prioriza uma maior aderência da juventude brasileira, a fim de que esta não se torne massa de manobra, mas que cobre, opine, critique e participe ativamente das políticas públicas, além de contribuir com a transformação do cenário político nacional”.(<https://republicanos10.org.br/jovens-republicanos/>)

Rio Branco Inovador

Em diversos lugares do Brasil e do mundo, observamos que a tem surgido novas ferramentas que melhoram os serviços ofertados pelo governo municipal, estadual e federal. Através dessa proposta de gestão, deseja-se implementar aplicações que diminuam a burocracia do atendimento ao público, tornar eficiente os processos públicos, otimização de tempo e custo dos serviços disponibilizados, controle e melhor gestão de recursos destinados a tecnologia da informação;

Propostas:

- Implementação e/ou efetivação de Sistema de Processos Administrativos internos das secretarias, transformando processo físicos em digitais;
- Desenvolvimento de aplicações de Inovação no atendimento na área da saúde, segurança e assistência social;
- Fortalecer a Gestão de Recursos tecnológicos Municipal;
- Capacitação dos servidores na utilização de sistemas operacionais de processos públicos;
- Promover a articulação entre outras secretarias municipais o mapeamento das necessidades de projetos tecnológicos de melhoramento dos serviços públicos;
- Promover e incentivar eventos de apropriação científica no município;
- Articulação e Promoção de Empreendedorismo tecnológico;
- Promover e articular conhecimentos técnicos científico e tecnológico afim de resultar melhor produtividades e eficiência das Instituições;
- Promover e incentivar pesquisas científicas tecnológicas que estejam alinhados a necessidade do município;
- Modernizar a Educação Tecnológica, junto a Secretaria Municipal de Educação na educação básica da rede pública do município;
- Articulação de Políticas Públicas de Inclusão Digital;

Juventude Empreendedora

Expõe-se nessas propostas o interesse da iniciativa de criação de políticas públicas para o desenvolvimento econômico através do empreendedorismo juvenil em diversas áreas, desde do pequeno agricultor a indústria tecnológica, fortalecendo a economia da capital. Como dito na introdução desse documento, as parcerias entre o governo municipal, empresários e universidades, será fundamental para a efetivação desses projetos aqui proposto.

O objetivo é conectar a *Demanda à Mão de Obra*, conquistando a confiança dos nossos empresários para o investimento em empresas locais e assim fortalecendo as empresas juniores, Startup e pequenos negócios.

- Criação da Incubadora Rio Branco;
- Capacitação empreendedora para pequenos negócios;
- Fomento ao empreendedorismo no ensino fundamental e centros municipais;
- Cursos e minicursos voltados para inovação do mercado E-commerce;
- Eventos de Incentivo as Startups e Hackathon;
- Fomentar e Articular conexão entre empresas juniores e empresários;
- Desenvolver e Fomentar eventos de exposições de ferramentas inovadores para o empreendedorismo;
- Fomentar e Incentivar o protagonismo Juvenil como Pequeno Agricultor, Vendas Diretas, Investimento e Gestão de Negócios;
- Elaboração de Incentivos Públicos de atração de investidores nos ramos fortes da nossa capital;
- Fomento dentro das Universidades, Centros Universitários e Faculdades a criação de Empresas Juniores, startups, Projetos em cursos de interesse de Desenvolvimento municipal.

Juventude Capacitada

A Prefeitura de Rio Branco deve se tornar a principal demandadora de oportunidades de formação básica e intermediária profissionalizantes, tornando-se referência para as empresas da qualidade de formação da juventude que deseja ingressar no mercado de trabalho.

Nessa gestão, é inteligente resgatar projetos que trouxeram benefício para sociedade, mas por mudanças do poder executivo “morreram” por falta de Investimos e gestão.

Propõe-se que o município de Rio Branco realize parcerias para possuir espaços equipados para formação dessa juventude, e ter em seu quadro formandos em cursos bacharéis e licenciatura para multiplicação de conhecimento.

É primordial que a gestão tenha a consciência de que a EDUCAÇÃO TRANSFORMA VIDAS;

- Revitalização de Centro Educativos em bairros de Periferias;
- Propor Projetos de captura de Recursos Federais, Estaduais e convênios;
- Contratação de Estagiários para multiplicação de conhecimento;
- Política Pública de Inclusão Sociais para jovens de periferia;
- Ofertar Cursos Profissionalizantes de Administração, Recursos Humanos e Operador de Computador;
- Ofertar Cursos Técnico de Programação, Engenharia de Software, Desenvolvimento para Internet e Designer gráfico;
- Ofertar Cursos e Oficinas de Lógica, Robótica e Matemática para crianças e jovens;
- Pré -Enem Municipal;
- Criação de Banco de Dados de qualificação e/ou qualidade de jovens e adultos capacitados para o mercado de Trabalho;
- Articulação e Promoção entre empresas e Indústria para exposições das suas necessidades de Profissionais;

Juventude Cultura e Esporte

O protagonismo juvenil é diversificado e em nossa cidade, a Juventude é Rica! São diversos movimento culturais atualmente que são desenvolvidas em nossa capital, e o município pode contribuir cada vez mais para essas organizações incentivando eventos que movimento a economia local, disponibilizando lazer a crianças, jovens e adultos que não possuem recursos financeiro para diversão privadas.

Também é importantíssimo ressaltar a transformação social causada através do esporte e cultura, a qual é de extrema relevância para o protagonismo rio-branquense e acreano em competições municipais, regionais e nacionais! Já imaginou? a Prefeitura de Rio Branco dando destaque ao um jovem em competições olímpicas? É possível! Gerando diminuição de ingresso a marginalidade, gravidez precoce e utilização de drogas, ociosidade e oportunidades ÚNICAS.

- Ampliação do atual Festival de Estudantil de Canção para abranger competições de danças e hip-hop;
- Promoção de Peças Teatrais em espaços municipais e festivais musicais;
- Criação da Orquestra Municipal de Rio Branco;
- Promoção de Oficinas de Teatro, Dança e Música;
- Promoção de Eventos Folclóricos;
- Promoção de Atividades esportivas em parceria com a comunidade:
 - Futsal;
 - Vôlei;
 - Atletismo;
 - Handebol;
 - Xadrez;
 - Tênis de Mesa
- Competições esportivas das regionais de Rio Branco;
- Criação de Programa de Incentivo a jovens em competições federativas;

Juventude PRESENTE

Como destaque, temos a proposta de criar e implementar o **Comitê Municipal da Juventude**, composto por representantes jovens das regionais, afim de defender os interesses da classe, contribuindo para implantação dos diversos projetos proposto nesse documento. A participação cidadã resultará em credibilidade para efetivação do plano de gestão e protagonismo juvenil comunitário, resultando uma melhor aceitação da Inovação que este plano objetiva.

- Promoção do Combate as Drogas;
- Promoção da Prevenção da Gravidez Precoce;
- Promoção de Conservação do Meio Ambiente;
- Promoção de Movimentos Sociais;
- Promoção de Participação na Restauração de Espaços Público;
- Promoção na Participação das Atividades Esportivas;
- Promoção na Participação das Atividades Culturais;
- Monitoramento das efetivações dos Projetos Municipais;



Em vista do cenário de disputa eleitoral que se aproxima, envolvendo candidaturas a prefeitos e vereadores, queremos demarcar, desde logo, limites que não ultrapassaremos na tentativa de propor soluções para os graves problemas que afligem nosso povo, conforme a seguir:

Firmamos nosso compromisso inarredável com a liberdade de expressão, atualmente vítima de perseguição em fóruns e instituições nacionais. Perseguir adversários e anular sua opinião é autoritarismo liminarmente indefensável.

Os comprometemos com uma pauta liberal que contemple primordialmente a liberdade de empreender, com apoio institucional e sem perseguição de qualquer espécie. Nos alinhamos contrariamente a toda e qualquer tentativa de subordinação ideológica que defenda partidos e projetos de coletivização atentatória ao direito de propriedade, ciente de que historicamente tal itinerário levou à miséria e autoritarismo.

Reconhecemos no Estado o papel indutor e não executor de empreendimentos produtivos. Trata-se de reafirmar, literalmente, preceitos constitucionais vez por outra relativizados no Brasil em nome de um falso desenvolvimento inclusivo. Inclusiva é a geração de empregos. Embora ultrapasse na prática a gestão de nível municipal, adotamos a defesa da liberdade de defesa pessoal, posse de armas e capacidade de reação à injusta agressão. Sob nenhum argumento negligenciaremos a defesa da vida intrauterina. Consideramos o aborto, excetuando as situações já contempladas na Lei, crime inaceitável digno de punição exemplar.

Refutamos e combateremos toda e qualquer iniciativa, seja pessoal ou de grupos, de doutrinação ideológica nas escolas. Sustentamos que o ensino público não é adequado ao desenvolvimento de temas que sob uma exclusiva visão de mundo oriente os educandos a um único sentido de percepção da realidade, independentemente de qual seja.

O avanço de pautas “politicamente corretas” vem nos últimos anos abrindo oportunidades a novidades que, sob a presunção de liberdade, atentam contra os pilares da sociedade, entre eles o fundamento da família. Nestes termos, consideramos a ideologia de gênero nociva e abominável no âmbito escolar, principalmente.

Por fim, firmamos nossa filiação indelével aos valores da civilização judaico-cristã, em que emergem para serem observadas, a moral cristã, a filosofia grega e o direito romano. Nós, candidatos, líderes e dirigentes partidários assumimos, portanto, em respeito aos eleitores e ao povo do Acre, a nossa filiação ao conservadorismo como corrente de pensamento que pretende manter valores como família, propriedade e religião, e ao liberalismo como doutrina que respeita as liberdades individuais acima de quaisquer iniciativas de coletivização que ao longo da história embalaram o autoritarismo e a miséria.



ROBERTO DUARTE
Pré-candidato a Prefeito de Rio Branco



ROBERTO DUARTE 15

Prefeito | Vice Antônia Lúcia

